

# Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estados e Receita já estudam operação do IVA ..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Valorização do mínimo pode ameaçar arcabouço fiscal ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo pode elevar receitas com disputas bilionárias de PIS/Cofins ..... 7

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo seria de R\$ 1.410 sem interrupção de ganho acima da inflação ..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

FMI prevê Brasil como 25º pior desempenho global até 2026 ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regressividade, tributação e reforma tributária - OPINIÃO JURÍDICA ..... 15

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal: Haddad reforça presença nas negociações para destravar pauta-chave do governo ..... 17

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária ideal teria apenas uma alíquota, mas pode haver concessões, diz Appy ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prêmio Nacional de Educação Fiscal está com inscrições abertas ..... 20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Importação de baixo valor registra aumento de 132% ..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

CGU aponta uso da máquina por Bolsonaro nas eleições ..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Repasse de 5% para Embratur entra na mira do Sistema S ..... 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPORTE  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Falta de regulação levou país ao escândalo das apostas ..... 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Contra inflação de mais de 100%, Argentina levará juros a 97% ..... 28

Segunda-Feira, 15 de Maio de 2023

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Arcabouço pode travar alta real do mínimo.....29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Corte da Selic é dúvida com IPCA acima do esperado.....32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

O papel do arcabouço fiscal na inflação - HENRIQUE MEIRELLES.....34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

O dólar abaixo de R\$ 5 e os limites para novas quedas - SERGIO LAMUCCI.....35

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Economia desacelera devagar e inflação resiste (Editorial).....37

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Piora na inflação reduz chance de Selic cair mais cedo.....39

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Arcabouço afastou cenário fiscal muito ruim, diz Genoa.....41

# Estados e Receita já estudam operação do IVA

**Marta Watanabe De São Paulo**

Estudos para viabilizar do ponto de vista operacional o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e o cashback do novo imposto já estão sendo feitos em conjunto por Estados e governo federal, diz o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy.

O cashback, explica, está entre os temas estudados pelo "grupo operacional da **reforma tributária**".

O grupo, segundo ele, iniciou os trabalhos na quinta, dia 11, com participação das coordenações de administração tributária das Fazendas estaduais, da **Receita Federal** e da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**. Os municípios, diz Appy, serão convidados a integrar o grupo.

Segundo ele, além do cashback, o grupo estuda as questões técnicas operacionais para um novo IVA, incluindo documentos fiscais e obrigações acessórias. A informação foi dada na sexta (12), após participação do secretário em debate sobre **reforma tributária** promovido pelo escritório de advocacia Trench Rossi Watanabe.

Para Appy, o cashback, que pode garantir a devolução de ao menos parte do IVA a partir da **reforma tributária**, é viável do ponto de vista tecnológico e, como o calendário esperado é que o novo imposto entre em vigor a partir de meados de 2025, há tempo hábil para preparar o novo sistema. Para ele, não há impedimento tecnológico para que essa devolução do imposto seja instantânea, diretamente no caixa, mas isso será avaliado. O secretário lembra que o mecanismo do cashback ainda não está definido e sua aplicação dependerá de decisão do Congresso.

Na quinta, em debate virtual sobre **reforma tributária** promovido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Appy disse que há possibilidade de que o cashback permita devolução de parte do imposto para toda a população, e não somente para os mais pobres. O presidente da Abras, João Galassi, afirmou que o cashback é "inviável". "É algo com que não concordamos, até pelo custo de implantação", disse, defendendo zerar os **impostos** sobre a cesta básica e aumentar o Imposto de Renda (IR) para mais ricos.

Appy defende que o cashback possa ser uma alternativa para alcançar objetivos de políticas públicas, para devolver ao menos parte do imposto pago na compra de alimentos ou nos serviços de educação. Segundo ele, modelos de vários países estão sendo estudados juntamente com a equipe do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social.

O mecanismo servirá, defende, para melhorar o efeito distributivo da tributação sobre consumo.

O governo espera que a reforma seja aprovada com base na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 e na PEC 110/2019. As duas propostas estabelecem um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em substituição aos atuais PIS, Cofins e IPI, federais, além do ICMS estadual e do ISS municipal.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187544>

# Valorização do mínimo pode ameaçar arcabouço fiscal



O ministro Fernando Haddad durante reunião de ministros da Fazenda do G7, em Niigata, Japão 1061 | Foto: 11.05.2023/Reuters

**Idiana Tomazelli**

Plataforma de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a política de valorização do salário mínimo pode pressionar a sustentabilidade do arcabouço fiscal desenhado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) nos próximos anos.

É possível que o salário mínimo avance num ritmo mais célere do que a regra geral das despesas, o que tem sido apontado por economistas como uma incongruência entre políticas.

A medida deve custar R\$ 82,4 bilhões entre 2024 e 2026, segundo estimativa do governo. Só no ano que vem, o cálculo indica um gasto extra de R\$ 18,1 bilhões, ainda não contemplado na proposta de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Nos anos seguintes, o impacto será ainda maior: R\$ 25,2 bilhões em 2025 e R\$ 39,1 bilhões em 2026.

A proposta de Lula resgata a fórmula já usada em gestões petistas: reajuste pela **inflação** mais a variação do **PIB** (Produto Interno Bruto) de dois anos antes.

Já a regra fiscal diz que o limite de despesas cresce o equivalente a 70% da alta real das receitas (que está diretamente ligada ao ritmo da atividade econômica), respeitando um teto de alta real de 2,5% ao ano.

Em um cenário de aceleração do **PIB**, como é

almejado por Lula, o descompasso entre a correção do piso nacional e a regra fiscal ficaria ainda mais evidente, dado que o crescimento dos salários e benefícios ultrapassaria cada vez mais a correção do limite de gastos.

O Ministério da Fazenda foi procurado para comentar as avaliações, mas não respondeu até a publicação deste texto.

O ex-secretário do Tesouro Nacional Jeferson Bittencourt, economista da ASA Investments, destaca que dois terços dos benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) equivalem a um salário mínimo. Além disso, há outras rubricas que são influenciadas como abono salarial e seguro-desemprego.

"Mais de 50% de toda a despesa do Orçamento é indexada ao salário mínimo", afirma. "E o problema é que, pela regra, a alta real vai ser bastante grande em 2023."

O projeto de lei enviado pelo governo ainda precisa ser votado pelo Congresso, mas, se prevalecer o mecanismo proposto, o ganho real do piso no ano que vem tende a ficar em 2,9% -tamanho da variação do **PIB** no ano passado. O percentual supera o teto de **2,5%** de correção do limite de despesas acima da **inflação**.

Quando uma despesa cresce de forma mais acelerada do que a ampliação do teto em si, outros gastos precisam compensar esse movimento -ou seja, eles ficam com um espaço proporcionalmente menor no Orçamento.

O dilema é semelhante ao que foi visto sob o teto de gastos, regra fiscal aprovada no governo Michel **Temer** (MDB) e duramente criticada pelos petistas. O teto também limitava o crescimento das despesas, mas era mais rígido ao impedir qualquer tipo de correção acima da **inflação**. Com isso e também com as pressões políticas por alta de gastos, a regra se mostrou insustentável em poucos anos.

A diferença agora é que o arcabouço proposto por Haddad garante uma margem de manobra maior no Orçamento ao se apropriar do espaço adicional criado pela PEC (proposta de emenda à Constituição)

aprovada na transição de governo e também permitir algum avanço acima da inflação.

No envio da proposta de LDO 2024, o governo indicou um espaço de R\$ 196,4 bilhões para despesas discricionárias, que incluem custeio e investimentos públicos. Nos anos seguintes, a previsão é semelhante, sempre superior a R\$ 190 bilhões.

Para Bittencourt, no entanto, a folga pode ficar bem mais estreita já nos próximos anos por causa não só da dinâmica de correção do salário mínimo, mas também da instituição de um mínimo para investimentos e da mudança nos pisos de saúde e educação. "É possível que o governo sinta desconforto [com o nível de discricionárias] ainda neste mandato", afirma.

Nas contas do ex-secretário, a nova regra fiscal pode garantir um espaço extra de R\$ 125 bilhões a R\$ 165 bilhões no ano que vem, considerando o piso (0,6%) e o teto máximo (2,5%) de crescimento do limite de despesas.

A nova margem não poderá ser consumida livremente pelo governo, uma vez que ela também deve acomodar o aumento nos gastos obrigatórios.

Desse valor, R\$ 71,3 bilhões serão consumidos apenas pela correção dos benefícios previdenciários e assistenciais pelo INPC. O ganho real do salário mínimo demandará outros R\$ 18,1 bilhões.

O presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Ricardo Patah, minimiza as preocupações com o tema. "A regra [do salário mínimo] é similar à do primeiro governo Lula, e foi exitosa. Com certeza será uma política de distribuição de renda, que trará melhoria no ambiente econômico, com aumento de consumo", disse.

A discussão em torno da regra do salário mínimo é politicamente delicada, por se tratar de uma das promessas de campanha de Lula. O Congresso, porém, tem buscado maneiras de minimizar as pressões sobre o limite de despesas e discute colocar a suspensão da alta real do salário mínimo como um dos gatilhos de ajuste, caso a meta fiscal seja descumprida por dois anos seguidos, como revelou a Folha.

Há ainda o impacto da mudança nos mínimos constitucionais de saúde e educação. Até 2016, eles correspondiam a uma proporção da arrecadação (15% da receita corrente líquida para a saúde e 18% da receita de impostos para a educação).

A partir de 2017, sob o teto de gastos, os pisos

passaram a ser corrigidos apenas pela inflação -o que contribuiu para desacelerar seu ritmo de crescimento. Com o novo arcabouço, eles voltarão à regra anterior, atrelada às receitas.

A nova regra ainda não foi incorporada às estimativas da proposta de LDO. Por isso, os mínimos em saúde e educação devem crescer R\$ 35 bilhões em relação a 2023, segundo Bittencourt. Isso também consumirá parte do espaço extra, achatando as despesas discricionárias.

O efeito da correção dos mínimos constitucionais também foi alvo de alerta do economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos. Ele calcula que o aumento será de R\$ 33,4 bilhões, segundo R\$ 28,8 na saúde e R\$ 4,54 bilhões no mínimo da educação.

Entenda o debate sobre o arcabouço e o salário mínimo

O que está em discussão?

O governo propôs um arcabouço que limita o crescimento dos gastos e prevê margem de tolerância para cumprir metas de resultado primário. Em caso de descumprimento, há como sanção um avanço menor do limite de despesas no ano seguinte

O que diz a Constituição?

A PEC Emergencial, aprovada em 2020, prevê que o governo pode dispor sobre regras voltadas à sustentabilidade da dívida pública em lei complementar. Há o entendimento de que essa lei é o novo arcabouço fiscal. Na mesma emenda constitucional, o artigo 163 diz que a lei voltada à sustentabilidade da dívida pública pode autorizar o acionamento de gatilhos listados em outro dispositivo

Quais são esses gatilhos?

Esse artigo prevê uma série de vedações, como concessão de novas renúncias e ampliação de gastos com pessoal.

Um dos itens proíbe a adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da inflação

O salário mínimo é referência para dois terços das aposentadorias e pensões pagas pelo INSS, além de guiar uma série de outras despesas obrigatórias.

Por isso, sua correção é alcançada pela trava do gatilho constitucional

Como isso afeta os planos de Lula?

O governo Lula apresentou um projeto de lei que institui uma política de valorização do salário mínimo, com correção pela **inflação** mais a variação do **PIB** de dois anos antes. Se o gatilho for de fato incluído na proposta, o Executivo poderia ficar proibido de conceder reajuste acima da **inflação** em caso de descumprimento da meta fiscal

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50277&maxTouch=0>**

# Governo pode elevar receitas com disputas bilionárias de PIS/Cofins



Advogada Priscila Faricelli: percepção é de que há agora um peso político grande nos julgamentos

**Beatriz Olivon De Brasília**

Disputas judiciais envolvendo o PIS e a Cofins podem se transformar em uma boa fonte de receita para União. Estão em jogo, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF), R\$ 635,4 bilhões - distribuídos entre 11 teses. Esse valor representa mais da metade do risco previsto pelo governo para os casos tributários relevantes nos tribunais superiores, que é de R\$ 892,8 bilhões, de acordo com o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.

Esse número referente aos casos de PIS e Cofins era ainda maior. Foi retirada dos riscos fiscais a discussão sobre créditos das contribuições sociais sobre insumos, analisada em 2018 pelo STJ. A União considera uma vitória o entendimento adotado pelos ministros da 1ª Seção, chancelado pelo Supremo, e riscou da conta R\$ 472,7 bilhões (REsp 1221170).

O volume de disputas é alto, segundo tributaristas, porque o PIS e a Cofins, desde sua criação, sempre foram usados pela União para elevar rapidamente a arrecadação, por meio de alterações na legislação. Não é preciso, explicam, esperar um ano para a entrada em vigor de eventual mudança (anterioridade anual), apenas 90 dias (noventena).

"Todas as grandes discussões tributárias vão ao redor do PIS e da Cofins", afirma a advogada Priscila Faricelli, sócia do Demarest Advogados,

acrescentando que o momento é favorável à União. A percepção, diz, é de que há agora um peso político grande nos julgamentos. "Além disso, o Supremo está perto de mudanças na sua composição [com as saídas de Ricardo Lewandowski e de Rosa Weber, ambos por idade] e se observa, pelos últimos anos, que não há preocupação em manter o racional da jurisprudência." O governo, de acordo com Gustavo Fossati, professor da FGV Direito Rio e pesquisador do Centro de Pesquisa em Direito e Economia (CPDE), vai tentar tirar dinheiro dessas discussões. Os sinais, diz, são de que a União não vai conseguir naturalmente com a economia obter todo o volume de receitas que precisa tendo em vista o arcabouço fiscal. "Por isso, deve pressionar muito nas discussões tributárias." Para ele, o relatório sobre riscos fiscais confirma o que já se sabia: "PIS e a Cofins são altamente problemáticos". Os números das disputas judiciais, acrescenta, reforçam a necessidade de extinguir esses **tributos** - seja criando a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) ou o Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

A **reforma tributária**, afirma, pode aumentar a arrecadação, extinguindo os litígios. "Se a reforma trazer um nível significativo de simplificação e mais clareza e facilidade, as empresas vão entender melhor e pagar", diz.

Jorge Rachid, consultor tributário e ex-secretário da **Receita Federal**, também defende uma proposta de **reforma tributária** que revise esses **tributos**, assim como 1CMS e ISS. É a ideia do "Simplifica Já" (PEC n 46, de 2022). "Não vamos resolver todos os problemas, mas 80% poderiam ser resolvidos", afirma.

Enquanto a reforma não é aprovada, o que se projeta, segundo Gustavo Fossati, é que, em razão das metas fiscais do governo federal, o contribuinte possa acabar perdendo a maior parte das teses tributárias que vierem a ser julgadas nos tribunais superiores.

Em abril de 2022, a União obteve importante vitória no STJ, no valor de R\$ 31 bilhões - que fazem parte dos R\$ 635,4 bilhões em jogo. Os ministros decidiram que as empresas tributadas pelo regime monofásico não têm direito a créditos de PIS e Cofins. Ainda tramita um pedido de recurso ao STF. Mas é possível que a questão não avance, já que ministros do Supremo já consideraram o tema infraconstitucional no passado -

ou seja, a palavra final seria do STJ.

Apenas esse caso no STJ sobre PIS e Cofins está listado nos riscos fiscais. Os dez restantes estão no STF, alguns aguardando há décadas para serem julgados. E não há, por ora, previsão de data de julgamento para as discussões.

Um dos casos estava praticamente resolvido no Plenário Virtual, mas terá que ser reiniciado em razão de pedido de destaque, para levar a questão ao plenário físico. Trata da tributação por PIS e Cofins de créditos presumidos de ICMS decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal. O impacto da tese é estimado em R\$ 16,5 bilhões. Em 2021, seis ministros (sendo dois aposentados) votaram a favor dos contribuintes e cinco contra (RE 835818).

Outros três casos começaram a ser julgados. Um deles trata da tributação do PIS e Cofins das instituições financeiras. O impacto da tese é estimado em R\$ 115,2 bilhões. Em 2022, o relator, ministro Ricardo Lewandowski, deu razão à tese das instituições financeiras de que têm direito a recolher as contribuições sobre uma base menor do que a pretendida pela União (RE 609.096 e RE 880.143) Os outros processos que tiveram votos tratam de uma discussão típica do PIS e da Cofins: a inclusão de outros **tributos** nas suas bases de cálculo. Está suspenso desde 2021 o julgamento de processo sobre a possibilidade de retirada do ISS. Por enquanto, está empatado, com quatro votos em cada sentido. O valor da tese é estimado em R\$ 35,4 bilhões (RE 592.616).

No processo sobre a inclusão de crédito presumido de IPI na base de cálculo do PIS e da Cofins, há um voto. Por enquanto, o único voto foi do relator, ministro Luís Roberto Barroso. Ele se posicionou a favor do contribuinte. Esse caso não tem valor estimado pela União (RE 593.544).

"Porém, no momento em que estamos, esse julgamentos têm destino incerto", afirma Priscila Faricelli, do Demarest Advogados. Mesmo com três casos iniciados e um com maioria, acrescenta, a insegurança para o contribuinte é muito grande, em razão da pressão política.

Para o economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto, "em um cenário pessimista, em que o Judiciário decidisse, em boa parte desses litígios, numa mesma direção contrária à União, o que me parece pouco provável, pode-se antecipar que algum tipo de modulação ou distribuição desses fluxos no tempo seria endereçada".

Os valores estimados para os litígios envolvendo PIS e

Cofins poderiam ser reduzidos, no caso de uma eventual fusão dos dois **tributos**, segundo Salto, que foi o primeiro diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI). "Nada garante, entretanto, que esses passivos contingentes vão desaparecer", afirma ele, acrescentando que redução dos valores vai depender das regras de transição de um sistema para outro, além de como os contribuintes reagirão às mudanças.

Professor da FGV EBAPE, Istvan Kasznar entende não há como estimar o percentual de recursos que pode ser efetivamente recuperado pela União nessas disputas envolvendo o PIS e a Cofins. "Continuamos querendo criar "revoltas da derrama" e o Estado fica todo engessado sem conseguir receber e a iniciativa privada sem conseguir pagar."

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187544>



# Salário mínimo seria de R\$ 1.410 sem interrupção de ganho acima da inflação

Do UOL, em São Paulo

O salário mínimo estaria hoje em ao menos R\$ 1.410 hoje, se a política de valorização anterior, que considerava a **inflação** e a variação do **PIB** para reajustar o valor, tivesse sido mantida entre 2020 e 2022. Um projeto de lei do governo Lula (PT) quer tornar permanentes aumentos anuais acima da **inflação**, o que impacta não só na renda da população, mas também nos cofres públicos.

Se política de valorização do salário mínimo tivesse sido mantida, valor estaria hoje em R\$ 1.410, em vez dos atuais R\$ 1.320. Os cálculos foram feitos por Daniel Duque, pesquisador da área de mercado de trabalho da FGV (Fundação Getúlio Vargas), a pedido do UOL. O valor representa uma diferença de 7% em relação ao piso atual.

Diferença de R\$ 90 não é desprezível para trabalhadores, diz pesquisador. Quantia é quase suficiente para comprar um botijão de gás de cozinha em São Paulo, que está custando, em média, R\$ 108,89, de acordo com a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

Política de valorização acima da **inflação** foi abandonada no governo Bolsonaro. De 2011 a 2019, o salário mínimo foi corrigido com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do ano anterior e na variação do **PIB** (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. A política instituída por Dilma Rousseff (PT) foi interrompida em 2020. Na época, a avaliação do governo Jair Bolsonaro foi de que o impacto para as contas públicas seria muito grande, e a proposta para o salário mínimo passou a considerar apenas o reajuste pela **inflação**.

Antes de 2023, o último aumento real foi promovido em 2019. Naquele ano, o piso subiu de R\$ 954 para R\$ 998 - R\$ 8 a menos do que o inicialmente previsto pelo governo de Michel **Temer** (MDB). Com Bolsonaro, o piso só superou a **inflação** em 2023, quando passou de R\$ 1.212 para R\$ 1.302.

Em 1º de maio, Lula definiu um novo reajuste, para os atuais R\$ 1.320. Com o adicional de R\$ 18, o aumento em relação ao valor do salário mínimo do ano passado foi de R\$ 108, representando um reajuste total de 8,91%, sendo que a **inflação** do ano anterior

foi de 5,93%.

O aumento real do salário mínimo, acima do valor da **inflação**, não é obrigatório pela Constituição, mas foi uma das principais promessas de Lula na campanha eleitoral. O objetivo é aumentar o poder de compra das famílias. Por ora, a proposta para o Orçamento de 2024 enviada pelo governo ao Congresso estipula o salário mínimo em R\$ 1.389 para o ano que vem.

Mais de um terço dos trabalhadores recebem até um salário mínimo. Um levantamento feito pelo economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, aponta que cerca de 35,6 milhões de pessoas têm renda mensal de até um salário mínimo. Dados se referem ao segundo trimestre de 2022.

Benefícios do **INSS** também usam o piso nacional como referência. Segundo o governo federal, 65% dos beneficiários do RGPS (Regime Geral de **Previdência Social**) - ou quase 14 milhões de aposentados e pensionistas - recebem um salário mínimo.

Salário mínimo ainda é base para BPC, abono e seguro-desemprego. Eventuais reajustes no piso também impactam idosos e pessoas com deficiência que recebem o BPC (Benefício de Prestação Continuada), empregados formais com direito ao abono salarial e demitidos que recebem o seguro-desemprego. Só em 2022, de acordo com o governo:

Reajuste é necessário, mas política do governo Lula não é a melhor. Daniel Duque, da FGV, concorda que aumentar o salário mínimo é importante porque melhora a distribuição de renda, mas diz que usar o **PIB** como uma das variáveis no cálculo não é o ideal. Há melhores formas de balizar esse crescimento [da economia], avalia.

Aumento deveria ser feito com base em produtividade, diz economista. Tiago Sbardelotto, da XP, acredita que usar apenas uma porcentagem da taxa de crescimento da economia ou o **PIB** per capita no cálculo seria a melhor forma de reajustar o salário mínimo anualmente. Assim, o aumento seria feito com base no crescimento da produtividade.

Tiago Sbardelotto, da XP

Reajustar o salário mínimo sem aumentar o déficit

fiscal é muito difícil . Os economistas ouvidos pelo UOL questionam como financiar os aumentos acima da **inflação** sem quebrar a regra de gastos (a ser aprovada) ou pressionar as contas públicas. O governo calcula que retomar a política de valorização anterior impactaria cerca de 40 milhões de pessoas e custaria:

Daniel Duque, da FGV

Nova política de reajuste do salário mínimo foi enviada ao Congresso. Projeto de lei foi apresentado pelo governo Lula no último dia 5 e retoma a política de valorização anterior, que leva em conta a **inflação** do ano anterior somada ao crescimento do **PIB** de dois anos antes.

Se a proposta for aprovada, as variáveis consideradas para o aumento do salário mínimo em 2024 serão:

Em caso de retração da economia, reajuste será feito só pela **inflação**. É semelhante ao que aconteceu em 2017 e 2018: como o **PIB** de 2015 e 2016 registrou queda, o governo considerou apenas o INPC para aumentar o salário mínimo.

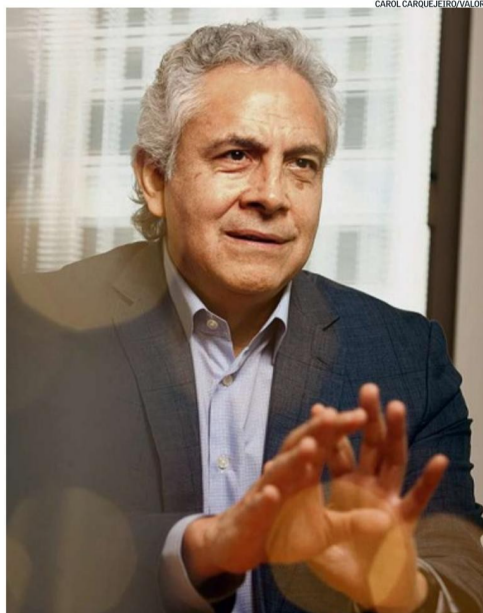
Trabalhador de baixa renda precisa recuperar poder de compra , diz governo. Procurado pelo UOL , o Ministério da Fazenda afirmou que a valorização do salário mínimo é um dos principais instrumentos para melhorar as condições de vida das famílias vulneráveis e ainda impacta positivamente a atividade econômica, por meio da expansão do consumo.

Ministério da Fazenda, ao UOL

**Site:**

**<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/05/15/impacto-do-reajuste-acima-da-inflacao-para-o-salario-minimo.htm>**

# FMI prevê Brasil como 25º pior desempenho global até 2026



Jaime Valdivia: não há fatores para o Brasil crescer muito acima de 1%

**Anaís Fernandes e Álvaro Fagundes De São Paulo**

O Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve registrar o 25º pior crescimento acumulado entre mais de 190 países para os quais o Fundo Monetário Nacional (FMI) faz projeções. Apesar disso, em valores nominais, o Brasil deve voltar ao "top 10" das maiores economias do mundo.

Entre 2023 e 2026, a atividade brasileira deve crescer 6,45%, de acordo com as mais recentes estimativas do Fundo, abaixo da média do mundo (13%), da América Latina (9%) e dos emergentes como um todo (17%). E, apesar de o número ser maior do que o 5,73% observado na gestão imediatamente anterior, no governo de Jair Bolsonaro (PL) o Brasil teve o 81º pior resultado.

Quanto mais para baixo no ranking, maior o crescimento do país ante seus pares.

Desde a vigência do Plano Real, o crescimento relativo previsto para o governo Lula 3 só não deve ser pior do que o observado entre 2015 e 2018 (12º pior). O período combina o segundo mandato de Dilma Rousseff e o mandato-tampão de Michel **Temer**, com uma recessão no meio.

No segundo mandato de Lula (2007 a 2010), o país

chegou a ficar na metade superior, dos países que mais crescem, com o 64º melhor desempenho. Na época, também alcançou a posição de 7ª maior economia do mundo, em termos nominais. No governo Dilma/ **Temer**, caiu para a 9ª colocação, saiu do "top 10" com Bolsonaro (11ª) e agora, pelas projeções do FMI, deve voltar a ser a 8ª economia global em 2026, mesma posição que ocupava em 1998, ao fim do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

"O Brasil vai enfrentar um panorama bastante desafiador", afirma Jaime Valdivia, economista-chefe internacional da Galapagos Capital.

Para ele, é difícil acreditar que o país terá amplas fontes de demanda para sustentar um crescimento muito acima de 1%. "Entre 1% e 2% é uma margem razoável", diz.

O crescimento do Brasil deve ser fraco por várias razões, segundo ele. Primeiro, porque o desempenho mundial também será frágil. "Países desenvolvidos e muitos parceiros comerciais do Brasil têm economias rodando a taxas baixas", afirma Valdivia.

Além disso, diz, as taxas de juros globais estão em patamares elevados se comparados aos últimos quatro a cinco anos. "Desde 2008, tínhamos juros perto de zero nos Estados Unidos e em áreas relevantes como a União Europeia. Agora, o mundo desenvolvido é um lugar em que será preciso buscar um equilíbrio das economias", afirma.

Ao mesmo tempo, aponta, a pandemia desencadeou uma preocupação maior dos governos com temas sociais, alimentando um processo de expansão fiscal agressivo. "Temos um mundo com condições globais muito mais difíceis e, por outro lado, a necessidade de restabelecer equilíbrios." Apesar da perspectiva de um crescimento mais fraco, a demanda chinesa deve ser suficientemente forte para continuar dando impulso às exportações brasileiras, segundo Valdivia. As fontes internas de crescimento, no entanto, são menos claras. A agropecuária deve manter sua relevância, assim como a mineração, diz. "Mas temos ainda as discussões do arcabouço fiscal e da **reforma tributária**."

É muito difícil crescer com uma carga tão excessiva." Programas bem-sucedidos de governos do PT, como

o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, devem ser mantidos, "mas dentro das restrições orçamentárias de um país como o Brasil", diz Valdivia.

"O Brasil tem um nível de dívida elevado, se comparado aos pares.

Por isso é importante aprovar um arcabouço que, nos próximos anos, estabilize a dívida", afirma.

Mesmo que haja um ciclo de crescimento cíclico do Brasil próximo de 3% ao ano, em média, nos próximos anos, o país "não está ganhando terreno", diz Marcos Casarin, economista-chefe para América Latina da Oxford Economics.

Casarin relaciona o **PIB** per capita do Brasil ao de um grupo de países avançados, como Estados Unidos, Japão e Reino Unido (ver gráfico ao lado). É uma forma de evitar "exagerar" o **PIB** brasileiro por causa do elevado contingente populacional. Quando o número dessa relação aumenta, significa que o **PIB** per capita do Brasil está crescendo mais rápido que o dos países avançados; quando cai, o Brasil está empobrecendo em relação a essas economias.

"Lula promoveu um enriquecimento do Brasil sem precedentes durante seu primeiro mandato", diz Casarin. Se antes o país precisava de cerca de quatro brasileiros médios para fazer uma unidade de produto de um trabalhador de economias avançadas, no governo do petista, passou a necessitar de apenas três, observa.

Por trás desse "catch up" (convergência) está, na avaliação de Casarin, o setor externo. Os termos de troca (relação entre preços de exportação e importação) no Brasil melhoraram muito, lembra. "O boom de commodities foi realmente importante." Após atingir um pico em 2014, essa relação do **PIB** per capita do Brasil com economias avançadas passou por uma "queda vertiginosa", nota Casarin, só se estabilizando por volta de 2019. E, apesar de um ciclo forte de commodities mais recentemente, entre 2020 e 2022, a "convergência" da economia brasileira foi bem mais moderada, afirma.

Para os próximos quatro anos, Casarin diz esperar uma "onda de crescimento cíclico" para o Brasil, com um **PIB** anual médio no período ao redor de 2,5%. Na sua avaliação, isso será reflexo de mudanças nas fontes de demanda da economia doméstica.

"O setor externo não necessariamente vai ser o grande motor do crescimento do Brasil nos próximos anos. E vejo pouca mudança no lado da oferta doméstica. Mas teremos o setor público como grande contratante e uma política de salários muito mais

generosa.

Tem o lado da renda aumentando mais, e os setores público e privado devem se beneficiar", afirma.

Esse seria, no entanto, um crescimento também mais inflacionário, segundo Casarin. "Em vez de cair para 3%, a **inflação** se estabiliza perto de 4%", aponta. Isso, por sua vez, muda o patamar dos juros. "Sem dívida, o equilíbrio macroeconômico fica pior", afirma, acrescentando que um juro real mais alto "fecha a porta" para investimentos de longo prazo.

Ernesto Revilla, economista chefe do Citi para América Latina, diz ver, mais ou menos em igual medida, explicações externas e internas para o crescimento do Brasil nos próximos quatro anos, como a recuperação da economia global e da demanda doméstica.

Esse é, no entanto, exatamente o desafio do país, aponta: "Para melhorar o crescimento, precisa de sorte com as condições externas, mas também precisa de habilidade para trazer boas políticas para a economia doméstica." O Citi projeta um crescimento médio de 1,5% ao ano para o Brasil até 2026. "É um crescimento relativamente baixo para o Brasil e para os desafios que o país tem", afirma Revilla. Assim como em outros países da América Latina, observa, há ainda, no Brasil, um problema de crescimento potencial baixo.

"A demografia não vai ajudar o mercado de trabalho a crescer, não temos capacidade de poupança suficiente para investir.

Ainda que haja uma melhora cíclica, será transitório, porque estruturalmente não dá para crescer tanto", resume Casarin.

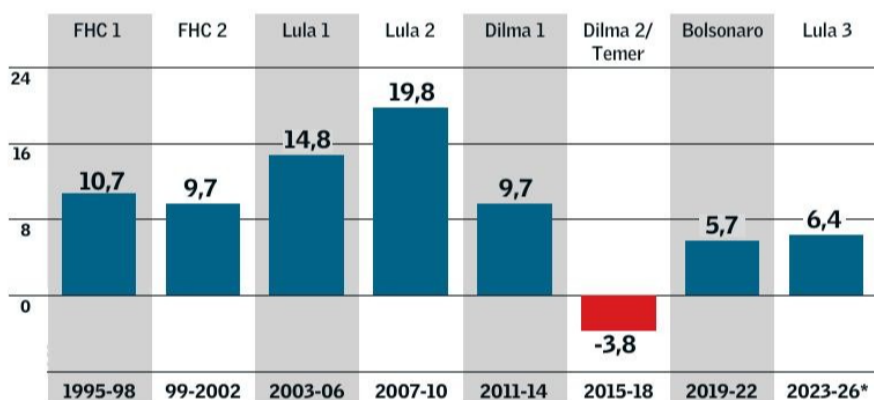
**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187544>

## Terreno limitado

Brasil deve voltar ao "top 10" das economias, mas avança menos do que pares

### PIB do Brasil

Crescimento acumulado por mandato presidencial - em %



### Tamanho das economias

Maiores PIBs nominais em 2026\* - em US\$ tri correntes

EUA	29,9
China	24,0
Japão	4,9
Alemanha	4,8
Índia	4,8
Reino Unido	3,8
França	3,2
<b>Brasil</b>	<b>2,4</b>
Canadá	2,4
Itália	2,3

### Piores desempenhos

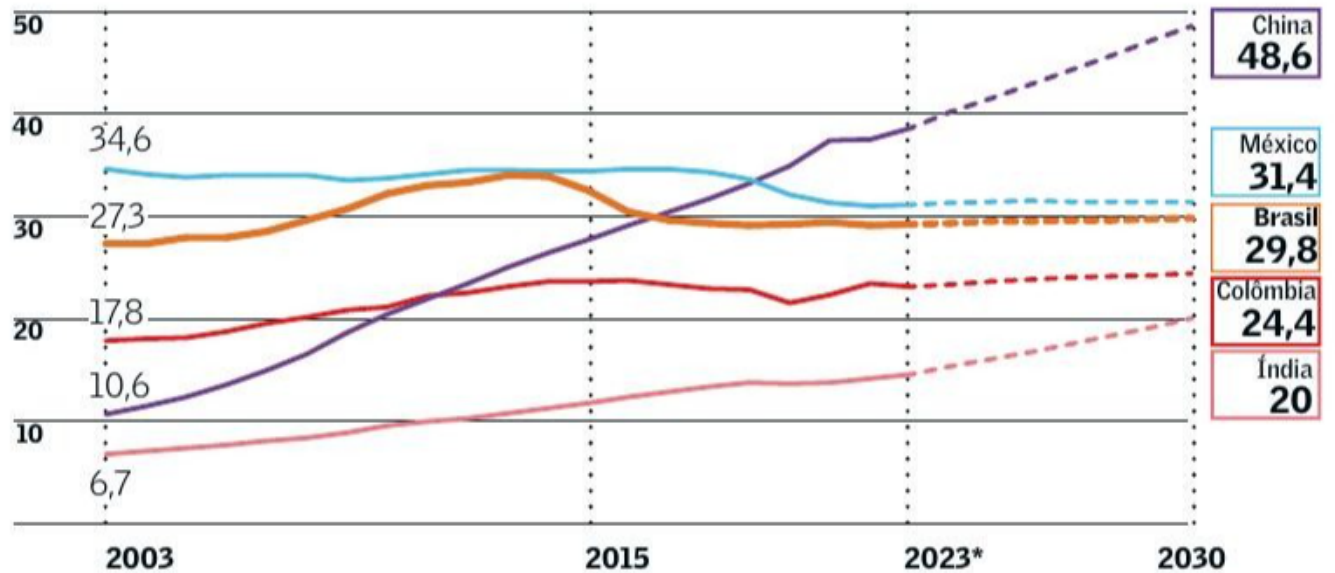
Projeções do FMI para PIB acumulado de 2023 a 2026 - em %

Guiné Equatorial	-18,9	Sri Lanka	4,0	Aruba	5,2	<b>Brasil</b>	<b>6,4</b>
Porto Rico	-2,7	Bélgica	4,3	Chile	5,4	Estados Unidos	6,8
Japão	3,4	Haiti	4,6	Holanda	5,4	Nova Zelândia	6,9
Belarus	3,6	Alemanha	4,9	Suécia	5,5	Portugal	6,9
Rússia	3,9	San Marino	4,9	Suíça	5,7	Grécia	7,1
Itália	3,9	Reino Unido	5,0	França	5,8	Canadá	7,3
Dinamarca	4,0	África do Sul	5,0	Andorra	5,9	México	7,3
Finlândia	4,0	Áustria	5,1	Argentina	6,3	Espanha	7,4

Fontes: FMI e Oxford Economics. \*Projeções do FMI

## Produtividade relativa

PIB per capita, ante grupo de economias avançadas - em %



Fontes: FMI e Oxford Economics. \*Projeções da Oxford Economics

# Regressividade, tributação e reforma tributária - OPINIÃO JURÍDICA

*Pedro Júlio Sales D'Araújo, Raquel de Andrade Vieira Alves e Carol Alves são, respectivamente, pós-doutorando pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho (Portugal) e ex-assessor de ministro do STF; doutoranda em Direito Financeiro pela USP e ex-assessora de ministro no STF; e mestrande em Direito Tributário e presidente da Comissão de Direito Tributário da OAB/Joinville*

O Brasil apresenta uma matriz tributária altamente complexa e pouco transparente, que em nada contribui para a formação de um diálogo sério a respeito de como se dará o financiamento das políticas públicas no país e que acaba por impedir a formação de um verdadeiro espírito de cidadania fiscal. Se, sob a ótica financeira, a arrecadação de maneira pouco eficiente não contribui para o desenvolvimento econômico brasileiro, do ponto de vista tributário, a regressividade insiste em onerar proporcionalmente mais os indivíduos mais pobres, constituindo a base perfeita de uma engrenagem eficaz na produção de desigualdades sociais.

Já há algum tempo defende-se que para que haja a redução das desigualdades sociais é necessário que a política fiscal seja progressiva, dando ênfase à tributação sobre a renda e sobre a herança. Ambas são manifestações de riqueza que, caso não tributadas, contribuirão para a manutenção da concentração de renda na mão de poucos, fator determinante para agravar a desigualdade social. Portanto, a tributação de maneira progressiva da renda e da herança contemplaria a função social e distributiva do Estado.

No Brasil, em que pese a formação de um regime comprometido constitucionalmente com a promoção do bem-estar social, temos uma matriz tributária que atua em contraposição, justamente por se estruturar em torno da tributação do consumo. Pouco se tributa a renda e o patrimônio em nosso país, de forma que o gasto público, ainda que se possa fazer progressivo, se sustenta por meio de **tributos** que não atendem à ideia de justa distribuição do encargo fiscal.

Afirma-se que tal opção histórica seria decorrência do fato de sermos um país de renda média baixa, com altos índices de concentração de renda e patrimônio, o que representaria uma verdadeira limitação para a adoção de uma tributação de base ampla sobre a renda. Ainda que tal afirmação possa ser verdadeira,

há muito espaço para expandir a incidência sobre tais bases econômicas no Brasil.

O que chama a atenção não é a suposta impossibilidade de ordem técnica, mas a aparente falta de vontade em se tentar algo diverso de buscar no consumo a fonte de financiamento público. Surpreende a ausência de um endereçamento que efetivamente ponha o debate redistributivo na agenda pública tributária, de maneira séria e comprometida.

Embora tenhamos clareza a respeito do problema, as discussões acerca da mudança da matriz tributária brasileira não passam nem perto de alcançar a importante função distributiva do Estado. Nas discussões atuais sobre a **reforma tributária**, apenas nos últimos meses tem-se dedicado uma maior atenção aos efeitos regressivos da tributação sobre o consumo e às possíveis soluções para atenuá-los, relegando, porém, a um futuro incerto a agenda que concretizará o ideal de progressividade e justiça social na tributação, seja por conferir à futura lei complementar do IBS as "minúcias" do seu desenho normativo (v.g. creditamento e mecanismo de devolução à população de baixa-renda), seja deixando para depois a indispensável discussão a respeito da reforma da tributação sobre a renda e sobre o patrimônio.

Em contrapartida, o debate reputa urgente a extinção da seletividade tributária, mandamento constitucional que, embora obrigatório, é severamente descumprido pela União e pelos Estados (vide RE 714.139, julgado pelo STF em 18 de dezembro de 2021) e, ainda assim, é apontado como ineficiente no combate à regressividade da tributação sobre o consumo. A ideia é tornar o sistema mais justo e eficiente, redistribuindo a carga tributária entre os setores e extinguindo benefícios fiscais relativos à tributação sobre o consumo, inclusive, a que atinge os bens essenciais, consumidos pelas famílias de baixa e de alta renda.

Como a cada escolha uma renúncia, ao optar-se pela via da concretização do papel distributivo estatal no campo do gasto público, retirando tal tarefa da desoneração tributária, o Estado passa a contribuir, por meio da tributação, com o possível aumento nos preços dos alimentos e itens e serviços básicos consumidos pela população. Mesmo que não importe em aumento real da carga tributária, estudos recentes

indicam que a reforma na tributação sobre consumo deverá produzir efeitos heterogêneos sobre preços dos diversos bens e serviços, impactando no custo de vida das parcelas mais pobres da população.

Em um momento em que o orçamento das famílias se encontra demasiado restrito, como o atual, um aumento no preço dos alimentos pode aprofundar o cenário, já crítico, de deficiência na alimentação da população de baixa renda, aprofundando a desigualdade. Ainda que a devolução de **tributos** às famílias de baixa renda se mostre importante, não pode ser o único instrumento fiscal voltado ao combate da desigualdade.

Ademais, relegar a redução da desigualdade social apenas para o gasto público, sob o pretexto de simplificar a arrecadação, é desconsiderar que a formação do orçamento público também é complexa, fruto do influxo de diversos vetores do campo de disputas políticas. Ignorar tal realidade sob a ótica financeira é, uma vez mais, projetar para o futuro o compromisso de hoje formamos uma sociedade livre, justa e solidária.

Pedro Júlio Sales D'Araújo, Raquel de Andrade Vieira Alves e Carol Alves são, respectivamente, pós-doutorando pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho (Portugal) e ex-assessor de ministro do STF; doutoranda em Direito Financeiro pela USP e ex-assessora de ministro no STF; e mestranda em Direito Tributário e presidente da Comissão de Direito Tributário da OAB/Joinville

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187544>



# Arcabouço fiscal: Haddad reforça presença nas negociações para destravar pauta-chave do governo

*Por Victoria Abel, Geralda Doca e Sérgio Roxo - Brasília*

Depois de passar a semana no Japão, para o encontro de ministros de Finanças do G7, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desembarcou ontem no Brasil com a missão de destravar a pauta econômica mais importante do governo Luiz Inácio Lula da Silva: o arcabouço fiscal.

Na semana passada, enquanto era dia no Brasil, Haddad acordava de madrugada no Japão para tratar da articulação política e falar com os secretários Gabriel Galípolo, Rogério Ceron e Marcos Pinto. De volta ao país, o ministro vai reforçar pessoalmente a articulação política no Congresso, e, segundo fontes do Planalto, está ciente de que terá de negociar.

Haddad vai se reunir hoje com o presidente Lula e, durante a semana, vai abrir a agenda para receber líderes dos partidos da base do governo e da oposição. Segundo interlocutores do Planalto, o ministro teria garantido ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que o Executivo vai seguir liberando emendas parlamentares.

Auxiliares do ministro consideram inevitáveis mudanças no texto e prometem que os próximos dias serão de foco total para se chegar a um consenso com a Câmara dos Deputados. Na noite de hoje, representantes do governo devem se reunir com Lira e o relator do texto, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), mas ainda não há confirmação se Haddad participará ou se enviará interlocutores. Aliados afirmam que a figura do ministro pode ser necessária caso impasses permaneçam.

Cajado disse ontem que pretende concluir o esboço do relatório hoje até meio-dia, para apresentar o texto na reunião à noite. O relator, que evita antecipar pontos do relatório para não travar as discussões, afirmou que primeiro vai conversar com os líderes para costurar um texto que seja consensual:

- Vamos buscar um acordo possível para ter os votos que garantam a aprovação.

O texto final deve ser disponibilizado na véspera da

votação em plenário, amanhã ou quarta-feira, a depender da decisão de Lira e dos líderes.

Parte dos entraves é causada por parlamentares da base governista, principalmente do PT. Deputados petistas cogitam apresentar emendas ao projeto do novo marco fiscal, na tentativa de garantir espaço para investimentos e aumentos do salário mínimo. A posição, porém, vai contra a orientação do Planalto, que não quer interferências de aliados no debate com o relator. O líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu, afirmou que o esforço será por mudanças mínimas no texto:

- Trabalho para que não tenhamos mudanças. Acho que haverá, sim, mas serão mudanças que não tiram a capacidade do governo investir e ampliar programas

Após criticar o bate-cabeça na base aliada na última semana, Cajado ressaltou a necessidade de participação mais intensa do governo para que o projeto seja votado:

- Não sou governista, e nem o presidente da Câmara poderá sê-lo. Cabe ao líder do governo, José Guimarães, sua base e o governo se empenharem para dar apoio.

Segundo Cajado, o principal ponto a ser discutido é como garantir o cumprimento da meta. Punições, disse, não estão em debate:

- Não queremos falar em criminalização ou ajustes draconianos. Queremos trabalhar para ter regras que sejam perseguidas. O que fazer no caso de descumprimento para se perseguir a meta? Há várias sugestões e não queremos impor nada, queremos encontrar um consenso entre quem pensa de uma forma ou de outra.

No sábado, em visita ao interior de São Paulo, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, mostrou otimismo com as perspectivas para a aprovação do arcabouço fiscal:

- Estou otimista. Já começa segunda-feira a reunião com os líderes, o presidente da Câmara, para

fechamos o calendário de votação. Estou otimista, sim, que é possível e necessário aprovarmos o mais rápido possível a lei de responsabilidade social e fiscal.

Partidos da base aliada, PSD e MDB sinalizaram fidelidade ao governo na votação da proposta. Mas cobram maior participação na elaboração do texto final e não descartam apresentar destaques na votação, caso as sugestões não sejam consideradas.

- Somos governo, nos sentimos governo e queremos colaborar com o governo. Queremos participar enquanto governo - disse o líder do PSD, Antonio Brito (BA).

O partido sugeriu, por exemplo, a inclusão de um artigo que dê segurança de que não haverá aumento de **impostos**. A legenda comandada por Gilberto Kassab também quer a descrição de sanções para gestores públicos no caso de descumprimento das metas fiscais.

O MDB faz parte de um bloco partidário que inclui legendas como o Republicanos. O líder do MDB, Isnaldo Bulhões (AL), acredita que o partido de Marcos Pereira deixará as divergências de lado:

- Acho que o bloco partirá unido. Se tiver pontos de divergência, vamos discutir. O bloco é muito harmônico, mesmo o Republicanos.

Mas na oposição, apesar da disposição da Fazenda para dialogar, a ala mais à direita do PL, aliada de Jair Bolsonaro, não quer saber de conversas e dá como certos os votos do partido contra o arcabouço.

- O teto de gastos é bom. Podemos até avaliar melhorar o teto de gastos, mas não retroceder para um modelo de piso de gastos que não garante a sustentabilidade da dívida pública - disse o líder da oposição, deputado Carlos Jordy (PL-RJ).

Assim que o novo marco fiscal avançar para o plenário da Câmara, o que o governo espera que aconteça ainda esta semana, Haddad e seus auxiliares abrirão imediatamente o diálogo com líderes do Senado. As primeiras reuniões serão com o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), e o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Uma vez aprovado o arcabouço fiscal também no Senado, a equipe econômica se dedicará às conversas sobre a **reforma tributária**.

O grupo de trabalho (GT) para o tema na Câmara deve adiar em uma semana a apresentação de seu relatório preliminar. A previsão é que o primeiro texto

seja levado aos deputados a partir de 23 de maio. A data anteriormente prevista era 16, mesmo dia do encerramento oficial do GT.

Na avaliação de técnicos da equipe econômica, o atraso foi positivo. O entendimento é que o alvo, agora, é o arcabouço fiscal. E o governo ganha tempo para fazer uma bateria de negociações em torno da **reforma tributária**.

O relatório do GT deve ser debatido em um seminário nos dias 23, 24 e 25 deste mês. A partir daí surgirá o texto final. Só então o relator da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), construirá o substitutivo que irá a votação na Câmara.

(Com g1)

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/arca-bouco-fiscal-haddad-reforca-presenca-nas-negociacoes-para-destravar-pauta-chave-do-governo.ghtml>

# Reforma tributária ideal teria apenas uma alíquota, mas pode haver concessões, diz Appy

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, disse nesta segunda-feira que a implementação de uma única alíquota para bens e serviços no projeto de alteração do sistema tributário seria ideal, mas sabe que as negociações devem envolver concessões.

Em entrevista à Globonews, Appy ainda afirmou que a **reforma tributária** deve ser ideal do ponto de vista técnico, mas também viável politicamente, e que espera sua aprovação no Congresso até o final do primeiro semestre deste ano.

#### Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

**Reforma tributária** ideal teria apenas uma alíquota, mas pode haver concessões, diz Appy

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/reforma-tributaria-ideal-teria-apenas-uma-aliquota-mas-pode-haver-concessoes-diz-appy,54a609691782688d8cd389a7b673d86absis9511.htm>  
/

# Prêmio Nacional de Educação Fiscal está com inscrições abertas

**ALINE GOUVEIA**

A 11ª edição do Prêmio Nacional de Educação Fiscal está com as inscrições abertas até 30 de junho. O objetivo é valorizar projetos que trabalham com a função social dos **tributos**, a qualidade do gasto público e o acompanhamento do retorno dos **impostos** à sociedade. A iniciativa tem o apoio do Correio Braziliense e foi lançada em Sessão Solene no Plenário da Câmara dos Deputados, em 5 de maio.

No ano passado, a Escola Classe Kanegae, do Riacho Fundo 1, foi a premiada, com o projeto Super-Honestino em: corrupção, um mal a ser vencido, desenvolvido com 15 alunos do 5º ano do ensino fundamental. A escola ficou em 1º lugar na categoria escolas e recebeu o valor de R\$ 10.000.

Segundo a professora Lúcia Oliveira de Carvalho, o projeto serviu para mostrar que os estudantes são cidadãos fiscalizadores e que a educação fiscal não é um tema distante do cotidiano deles. "Acredito que sementes foram plantadas. Nossos alunos hoje sentem-se embaixadores da cidadania. Percebem que a educação fiscal não é um tema distante, ele está presente em situações simples e cotidianas", disse a coordenadora da ação.

O herói Honestino

A professora Ana Cláudia conta que o projeto premiado consiste em uma animação, cujo enredo é do Super Honestino, um herói que sente os seus poderes enfraquecidos ao perceber que as pessoas ao redor estão agindo de maneira desonesta. Então, as crianças o encontram e procuram ajudá-lo, conscientizando as pessoas sobre a importância de lutar contra a corrupção.

"Pudemos trabalhar a arrecadação de **tributos** por meio da exigência de notas fiscais dos objetos de consumo, destacando o desempenho do cidadão na sociedade, evidenciando seu papel como agente de transformação no meio em que vive, através de uma atuação consciente e eficaz. Pudemos identificar as implicações culturais que interferem grandemente nas formas de agir da sociedade, no "jeitinho brasileiro", repreendendo a corrupção, a sonegação e a mentira", destacou a professora Ana Cláudia. História Desde 2012, a Associação Nacional das Associações de

Fiscais de **Tributos** Estaduais realiza o Prêmio Nacional de Educação Fiscal. A iniciativa distribui prêmios em dinheiro que variam de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil. Ao todo, serão distribuídos cerca de R\$ 60 mil. Nas edições anteriores, o projeto impactou mais de 15 mil estudantes e distribuiu mais de R\$ 500 mil em premiações. A inscrição e o regulamento estão disponíveis no site da premiação: [www.premioeducacaofiscal.org.br](http://www.premioeducacaofiscal.org.br).

# Importação de baixo valor registra aumento de 132%

As importações de produtos de baixo valor (até US\$ 50- o equivalente a R\$ 246,15) tiveram um crescimento de 132% no ano passado, chegando a US\$ 13,1 bilhões, contra US\$ 5,67 bilhões em 2021. Os principais itens importados, basicamente por intermédio das plataformas de comércio eletrônico (Amazon, AliExpress, Shein, Shopee, etc), foram peças de vestuário e acessório (28,1%), móveis e indústrias diversas (23,6%), equipamentos elétricos (18,2%) e couro e calçados (13,6%). Segundo estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), "entre 2021 e 2022, houve aumento de 67,5% na quantidade importada de peças de couro e calçados e de 46,7% em vestuário e acessórios - itens mais comercializados pelas plataformas de varejo digital. Em valor, essas importações aumentaram 43,3% e 41,2%, respectivamente".

Com o aumento no ano passado, as importações de produtos de baixo valor representaram 4,44% do total de US\$ 296,2 bilhões importados pelo Brasil em 2022. Em uma década, a participação saltou de 0,03%, com US\$ 60 milhões para quase 4,5%. Embora a fatia em relação a importações total ainda seja baixa, o estudo da Fiemg mostra que a isenção de **impostos** sobre esses produtos gerou uma perda aos cofres públicos de R\$ 6,3 bilhões no ano passado no Brasil e de R\$ 600 milhões em Minas. Segundo a Gerência de Economia e Finanças Empresariais da Fiemg, responsável pelo estudo, estima-se que a cobrança adequada de **impostos** sobre as varejistas possa gerar entre US\$ 7 bilhões e US\$ 8 bilhões para os cofres públicos.

No estudo, os economistas da Fiemg dizem ainda que a manutenção à isenção tributária para as importações até o valor de US\$ 50 tem impacto negativo sobre o recolhimento de **impostos** no faturamento das empresas e nos empregos. Com base nos dados de 2022 estima-se que as empresas mineiras deixaram de faturar R\$ 11 bilhões - o que equivale a R\$ 30 milhões por dia -, enquanto em todo o país o setor deixou de faturar R\$ 99 bilhões, ou R\$ 270 milhões por dia. Além da perda de faturamento, as importações impedem a geração de 1,13 milhão de empregos em todo o país, sendo que 161 mil postos de trabalho em Minas Gerais.

Com os empregos que deixam de ser gerados, a

Fiemg estima que a massa salarial tenha uma perda de R\$ 22 bilhões em termos nacionais e de R\$ 2,5 bilhões em Minas Gerais. Apenas o valor que deixou de ser gerado no país seria suficiente para o pagamento do Bolsa-Família para três milhões de famílias. O valor é maior ainda do que a massa salarial gerada na Paraíba. Em Minas, os valores da perda equivalem a 350 mil benefícios de R\$ 600 para a população de baixa renda.

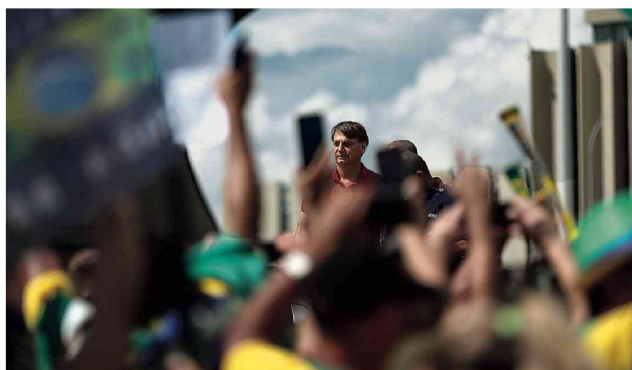
O estudo mostra ainda um comparativo com outros países, sendo que o México também isenta as importações até US\$ 50, enquanto a Argentina não concede nenhuma isenção. No Chile, os produtos importados de baixo valor são isentos de **impostos** até US\$ 30, enquanto no Canadá o limite máximo para não recolhimento de **impostos** na importação é de US\$ 15.

## CAMPANHA

Embora o governo tenha desistido de taxar as importações de menor valor, as entidades empresariais mineiras lançaram a campanha "Brasil mais competitivo", que reúne o Sesc no estado, Federação do Comércio de Minas Gerais (Fecomércio), Sesi e Fiemg. Em nota, o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe ressalta que o objetivo é combater o produto importado que entra de forma ilegal "sem arrecadar **tributos**, utilizando brecha na legislação e pouca fiscalização para destruir empregos". Roscoe acrescenta que "a campanha tem o intuito de conscientizar a população quanto a importância de se combater essa prática, que é irregular e que corrói a nossa sociedade ao minar o futuro de setores vitais para o nosso país."

"A importação é relevante para a economia, mas a importação ilegal destrói serviços, empregos e, para nós, do comércio de bens, serviços e turismo, e para o setor industrial isso não é interessante. Precisamos que o governo entenda isso, cobre e faça a sua parte", reforça o presidente do Sistema Fecomércio MG, Nadim Donato. Para ele, a campanha das entidades busca criar condições para que o setor privado possa seguir criando postos de trabalho de acordo com a legislação. Análise da Fecomércio aponta que o setor de serviços perdeu R\$ 2,6 bilhões no ano passado com as importações de baixo valor no estado, enquanto o comércio deixou de faturar R\$ 1,1 bilhão.

# CGU aponta uso da máquina por Bolsonaro nas eleições



Jair Bolsonaro cumprimenta apoiadores que participavam de carreta em apoio ao então presidente, em Brasília. Foto: Leticia B. de Azevedo/Infopost

**Julianna Sofia e Mateus Vargas Brasília**

A revisão de sigilos **impostos** pelo governo Jair Bolsonaro (PL) indica o uso da máquina pública nas eleições presidenciais de 2022, além de gestão potencialmente irresponsável na pandemia, segundo balanço da CGU (Controladoria-Geral da União).

Desde fevereiro, a pasta reavaliou 254 processos de sigilo da administração bolsonarista e determinou a abertura das informações na maior parte dos casos.

Dentre eles, foram 112 pedidos via LAI (Lei de Acesso à Informação) relacionados a segurança nacional, 38 relativos à proteção de Bolsonaro e seus familiares, 51 dados e informações pessoais e outros 15 relacionados a atividades de inteligência.

Os dados que a Controladoria mandou divulgar neste ano mostram que ficou concentrada em outubro, mês das eleições gerais de 2022, a liberação de empréstimos consignados do Auxílio Brasil. O uso desse crédito no período eleitoral é um dos argumentos usados em ações no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que pedem que Bolsonaro se torne inelegível por abuso de poder político e econômico.

Informações que se tornaram públicas apenas depois da revisão dos sigilos de Bolsonaro revelaram ainda despesas com cartão corporativo da Presidência da República para abastecimentos em postos de combustível nas datas de motocicletas com a participação do ex-mandatário.

Outros processos que perderam sigilo também reforçam indícios de ação da PRF (Polícia Rodoviária Federal) durante o segundo turno direcionada a estados em que Lula (PT) havia sido mais votado na

primeira etapa das eleições.

A apuração sobre suposta fraude em registros de imunização de Bolsonaro é outro tema que ganhou projeção a partir de pedidos de informação avaliados pela CGU. A controladoria repassou dados que foram usados pela PF (Polícia Federal) no inquérito que levou à prisão do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens e braço direito do ex-presidente.

A reavaliação de sigilos pela CGU ainda permitiu ter acesso a dados sobre medicamentos e outros insumos perdidos pelo Ministério da Saúde. Com base nessas informações, a Folha revelou que perderam a validade durante a pandemia mais de 39 milhões de vacinas da Covid-19, avaliadas em cerca de R\$ 2 bilhões.

A Controladoria também determinou a entrega de relatórios elaborados pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência) para avaliar o avanço do novo coronavírus durante a pandemia, além de telegramas do governo relacionados à compra de vacinas.

Esses documentos, porém, ainda não foram entregues pelos ministérios. É comum que funcionários desses órgãos levem algumas semanas para avaliar se há alguma informação que deve ser tarjada por conter dados pessoais, entre outros, antes da divulgação dos papéis.

A CGU quer expandir o uso da LAI no governo Lula e cita nos debates internos com ministérios que os sigilos **impostos** durante a gestão de Bolsonaro acabaram se voltando contra o próprio ex-presidente. A Controladoria tem feito conversas com ministros e outras autoridades do governo federal para defender o cumprimento da LAI.

"Existe a gestão de consequências em relação à própria demanda da LAI. Às vezes o pedido é por uma informação que o chefe da unidade, do ministério, não conhecia. No processo, ele descobre e corrige", afirmou à Folha o ministro da CGU, Vinícius de Carvalho.

Para ele, os pedidos de informação ainda podem auxiliar gestores a travar irregularidades ou abrir investigações.

Carvalho reconhece que expandir a LAI pode expor o

governo a mais questionamentos. Mas ele minimiza esses riscos e faz um paralelo com o combate à corrupção.

"É um discurso parecido com combate à corrupção. Bolsonaro reduziu o número de operações da PF, que estamos voltando a fazer e, num certo sentido, passa a sensação de que tem mais corrupção quando se combate mais a corrupção", afirma.

Lula usou os sigilos de Bolsonaro como argumento para pedir votos durante a campanha eleitoral. "Nós temos um presidente que não apenas coloca a sujeira embaixo do tapete como transforma em sigilo de cem anos tudo e qualquer denúncia contra eles", afirmou o petista em agosto de 2022.

Na próxima terça-feira (16), o governo deve anunciar mudanças no decreto de regulamentação da LAI. "A gente vai cumprir a LAI em nível muito mais intenso do que no governo anterior, mas tem modificações normativas e na própria lei que podem ser feitas e que dependem de um esforço [do governo]", diz Carvalho.

Uma dessas medidas é permitir à CRMI (Comissão Mista de Reavaliação de Informação) reclassificar documentos considerados reservados e colocados sob sigilo por até cinco anos.

O colegiado atua como última das quatro instâncias de análise dos pedidos de informação. Pela regra atual, esse órgão só pode alterar a classificação de documentos considerados secretos ou ultras-secretos, que ficam sob restrição de 15 e 25 anos, respectivamente.

A CGU também discute como permitir que documentos sejam automaticamente liberados depois de perderem o período de sigilo. Isso porque parte dos processos contém documentos com dados pessoais que devem ser ao menos tarjados.

Uma hipótese é avaliar e tratar esses dados pessoais enquanto o documento está sob sigilo, para ele ser liberado após vencer o prazo de classificação sem que alguém tenha de abrir um pedido via LAI.

Carvalho afirma que há casos em que o sigilo mais longo se justifica, como para documentos que colocam em risco a segurança de autoridades ou da população.

Segundo o ministro, a CGU tem orientado órgãos a aperfeiçoar justificativas usadas para situações em que o sigilo é necessário.

A leitura da gestão Lula é que o governo Bolsonaro extrapolou a LAI para usar dispositivo da lei que permite restrição de até cem anos a dados pessoais

que atinjam a intimidade, vida privada, honra e imagem de alguém.

Esse tipo de restrição foi imposta, por exemplo, ao processo interno do Exército que decidiu não aplicar nenhuma punição ao general Eduardo Pazuello pela participação em um ato político ao lado do então presidente Bolsonaro, em maio de 2021. A CGU também mandou divulgar os documentos sobre esse processo.

"A gente vai cumprir a LAI em nível muito mais intenso do que no governo anterior, mas tem modificações normativas e na própria lei que podem ser feitas e que dependem de um esforço" Vinícius de Carvalho ministro da CGU

"Nós temos um presidente que não apenas coloca a sujeira embaixo do tapete como transforma em sigilo de cem anos tudo e qualquer denúncia contra ele" Lula em agosto de 2022, sobre Bolsonaro

- Jair Bolsonaro cumprimenta apoiadores que participavam de carreata em apoio ao então presidente, em Brasília Pedro Ladeira-19.abr.20/Folhapress

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50277>**

# Repasse de 5% para Embratur entra na mira do Sistema S

**Thiago Bethônico**

Uma nova regra que prevê destinar 5% dos recursos arrecadados por Sesc e Senac para a Embratur (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo) entrou na mira do Sistema S.

Federações e confederações empresariais atuam para impedir a aprovação da proposta no Congresso, argumentando que a transferência de verba compromete a manutenção de programas de educação e treinamento em todo o país.

A regra consta da medida provisória do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), que trata de benefícios para companhias aéreas e empresas ligadas ao entretenimento. O texto foi aprovado no fim de abril pela Câmara e aguarda apreciação do Senado.

Durante a análise na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE) inseriu dois artigos estabelecendo a transferência para a Embratur de 5% dos recursos que hoje vão para o Sesc (Serviço Social do Comércio) e Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

De acordo com as entidades, que são administradas pela CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), a medida pode acabar com unidades em mais de 100 cidades, provocando o fechamento de 31 mil vagas gratuitas de ensino profissional e 7.700 da educação básica.

No caso do Sesc, o cálculo é que R\$ 121 milhões deixariam de ser investidos em atendimentos gratuitos. Já o Senac diz que a transferência de recursos seria responsável pelo encerramento de 29 centros de formação profissional, com corte de R\$ 140 milhões em atendimentos.

Somados, o orçamento das duas entidades fica em torno de R\$ 8 bilhões por ano, dinheiro que vem do recolhimento compulsório de 1,5% sobre a folha de pagamento das empresas do setor de bens, serviços e turismo.

Nas últimas semanas, Sesc e Senac começaram uma mobilização para barrar a medida, com abaixo-assinado, envios de SMS e vídeos com participação

de artistas. Até a publicação deste texto, a petição online havia recebido mais de 430 mil assinaturas.

Representantes de confederações que gerenciam entidades do Sistema S também enviaram uma carta aos senadores pedindo a retirada do dispositivo da MP.

José Roberto Tadros, presidente da CNC, diz que a proposta é uma "excessância jurídica, social, econômica e política".

Segundo ele, o Sistema S é privado, e os valores destinados ao Sesc e ao Senac não são recursos públicos. Haveria, na visão da confederação, entendimento no STF (Supremo Tribunal Federal) de que os valores destinados às entidades devem ser utilizados exclusivamente para este fim.

Marcelo Freixo, presidente da Embratur, discorda. "O dinheiro do Sistema S é um dinheiro público, oriundo de **impostos** e que tem efeito no preço dos produtos", diz.

A Embratur, cuja missão é promover o Brasil no mundo para atrair mais turistas, também se opõe ao argumento de que a medida vai prejudicar as atividades do Sesc e Senac.

De acordo Freixo, o orçamento de ambas instituições tem uma sobra de R\$ 2 bilhões por ano. Considerando que o total arrecadado gira em torno de R\$ 8 bilhões, os 5% destinados à Embratur representariam cerca de R\$ 400 milhões.

"É um quarto do que sobra do Sesc e Senac", afirma. "Quando dizem que vão ter de parar as atividades, isso não corresponde aos números que estão no próprio Portal da Transparência deles", acrescenta.

Freixo diz que, internamente, o receio do Sistema S não é com os impactos desta medida em si, mas que ela abra precedentes para novos pedidos cobijando o caixa das instituições.

Tadros afirma ser falacioso dizer que existe sobra no orçamento. "Isso é sofisma, da mais grosseira possível. O que há, na verdade, é investimento e recursos carimbados, provisionados", afirma.



Segundo ele, o Sesc tem R\$ 1,3 bilhão no caixa, mas um total de R\$ 1,7 bilhão em obras compromissadas - um déficit de R\$ 400 milhões, caso as obras ficassem prontas.

"Mesmo se houvesse reservas, essas reservas são nossas. Isso [transferência de recursos para a Embratur] se chama desapropriação. O Brasil não é um país comunista. Não é pecado ter reservas, se fosse verdade", afirma o presidente da CNC.

"Reivindicar meter a mão em recursos privados e vir com argumentos falaciosos, baseados numa planilha ridícula, é o que nós não vamos engolir", acrescenta.

A Embratur argumenta que a destinação de recursos pode funcionar como um fator multiplicador. Ao aquecer o turismo no Brasil, haveria um aumento da demanda por serviços e comércio. Com isso, as empresas contratariam mais trabalhadores e a contribuição sobre a folha -principal fonte de receita do Sesc e Senac- cresceria.

De acordo com Freixo, só no primeiro trimestre de 2023, turistas deixaram R\$ 8 bilhões na economia local. "Esses R\$ 8 bilhões foram para restaurantes, hotéis, comércio e foram para o Sesc e Senac, para a CNC. Ou seja, eles arrecadam com isso. Então, na verdade, os 5% deveriam ser entendidos como um investimento", diz.

Segundo ele, a proposta nasceu de um estudo encomendado à FGV (Fundação Getúlio Vargas) para encontrar fontes de financiamento.

Isso porque, em 2019, a Embratur deixou de ser uma autarquia federal e foi retirada do Orçamento da União. Por medida provisória, o governo de Jair Bolsonaro mudou a natureza jurídica da agência, mas sem fonte de financiamento definida.

Segundo Freixo, a ideia inicial era destinar 15% da arrecadação do Sebrae, mas o dispositivo foi retirado do texto.

Caso os artigos na MP do Perse não sejam aprovados, a agência diz que não terá nenhum orçamento para investir na atração de turistas estrangeiros e precisará parar totalmente suas ações de promoção.

"Temos uma empresa de promoção de todo o turismo brasileiro sem nenhuma fonte de financiamento", diz Freixo. "Não queremos mais dinheiro, queremos uma fonte [de receita] para ter uma promoção [do turismo], porque hoje não tem."

Tadros afirma que a Embratur não cumpriu seus

objetivos e ainda não mostrou a que veio. "O que ela fez? Recebe 5 milhões de turistas por ano? O Uruguai que é um microcosmo de país recebe 8 milhões", diz.

"No dia que foi criado o Ministério do Turismo, não havia necessidade de haver Embratur. Se existe, que o governo dote o Ministério do Turismo de recursos e a pasta aloque esses recursos na agência", acrescenta.

O que é o Sistema S?

Conjunto de entidades gerenciadas por federações e confederações empresariais, segmentadas por setor econômico. São classificadas como privadas e não têm vínculo administrativo com o governo. Oferecem serviços de ensino, treinamento, pesquisa e lazer.

De onde vem o dinheiro?

Da contribuição compulsória das empresas, que é recolhida da folha de pagamento dos trabalhadores. As alíquotas de cobrança variam a depender do setor.

Como o dinheiro é repartido?

As contribuições são recolhidas pela **Receita Federal**, que repassa para as entidades.

Entidades que integram o sistema

Sesi

Senai

Senac

Sesc

Senar

Sescoop

Senat

Sest

Sebrae

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50277&maxTouch=0>

# Falta de regulação levou país ao escândalo das apostas



Luciano Trindade

## SÃO PAULO

O escândalo envolvendo manipulação de resultados que tem abalado o futebol brasileiro não surpreende entidades e representantes do setor de apostas esportivas. Para eles, o atraso do Brasil para regulamentar a prática legalizada desde 2018 criou um terreno fértil para fraudes e corrupção, conforme tem mostrado a investigação em curso feita pelo Ministério Público de Goiás.

Sancionada por Michel **Temer**, a lei 13.756 ficou quatro anos engavetada, sem regulamentação, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

Um decreto com regras, com uma medida provisória complementar, com aprovações do setor, da Casa Civil e do Ministério da Economia, ficou meses no gabinete do ex-presidente, à espera de uma assinatura.

Em dezembro, Bolsonaro deixou expirar o prazo previsto em lei. Enquanto isso, o mercado expandiu sem normas, livre de **impostos** e com um futuro nebuloso.

"Estamos atrasados quatro anos no processo de regulamentação", critica Magno José Santos de Sousa, presidente do IJL (Instituto Brasileiro Jogo Legal).

"Em grande parte, o que está acontecendo deve-se ao fato de o governo anterior não ter regulamentado as apostas esportivas por tratar as apostas como uma questão de costumes e não como uma atividade econômica, a exemplo do que acontece no mundo",

completa.

Com anúncios em TV, rádio, internet, estádio e, sobretudo, cada vez mais presente nas camisas dos times, as casas de apostas movimentaram R\$ 4,5 bilhões em 2022 44,4% a mais do que 2021, de acordo com dados da H2 Gambling Capital, entidade independente que monitora o mercado.

Estima-se que mais de 600 empresas do ramo operem atualmente no país. A ampla maioria delas, segundo entidades que representam o setor, defende a regulamentação. No momento, elas operam sem uma representação local, em geral, com sedes em paraísos fiscais, sem recolher **impostos** para o Brasil.

A lei de 2018 determina que, para operar no país, uma casa de apostas esportivas precisa ter um CNPJ brasileiro para obter uma licença do Ministério da Economia. Sem isso, a casa seria punida pela Lei de Contravenção Penal. A falta de regras claras, um órgão regulador e da formação de uma cultura consciente tanto para atletas, dirigentes e árbitros, como para apostadores, favoreceram o surgimento de esquemas de manipulações.

Na esteira das investigações do MP-GO, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia a criação de uma Medida Provisória que consiga suprir as lacunas existentes hoje, sobretudo para taxação do setor e punição para fraudes.

A MP estabelece, por exemplo, que jogadores e dirigentes seriam proibidos de apostar. Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estima que o país possa arrecadar aproximadamente R\$ 6 bilhões anuais com **tributos**.

"Quanto mais demorarmos a regular esse mercado, mais problemas teremos de enfrentar", afirma Magno José.

Ele acrescenta que "as plataformas de apostas são as maiores vítimas, pois são elas que pagam os prêmios".

Por enquanto, sites e clubes são vistos pelo MP-GO como vítimas dos esquemas, que já tornaram 15 atletas réus. Outros jogadores são citados nas investigações, mas não foram denunciados.

Na última quinta-feira (u), líderes do Senado decidiram criar uma nova comissão temática com objetivo de debruçar-se sobre o esquema de apostas no futebol brasileiro.

Não é a primeira vez que o esporte mais popular do país é abalado por um escândalo deste tipo. Em 2005, no caso mais famoso, 11 jogos do Campeonato Brasileiro apitados por Edilson Pereira de Carvalho foram anulados após a revelação do caso que ficou conhecido como "máfia do apito".

"Infelizmente, o resultado em 2005 foi muito negativo na esfera criminal, uma vez que ninguém foi condenado. Toda atividade capaz de atrair grande quantidade de dinheiro deveria ser na mesma medida regulamentada e fiscalizada, tal qual é o setor financeiro", critica a advogada Fabyola En Rodrigues, com atuação nas áreas penal empresarial e de compliance, do escritório Demarest.

Rafael Marcondes, diretor da Abradie (Associação Brasileira de Defesa da Integridade do Esporte), uma organização sem fins lucrativos que trata de questões que ameaçam a integridade do esporte, reconhece que o problema é antigo.

"A diferença agora é que foi instalada uma indústria que funciona no ambiente online, o que facilita a disseminação de boas e más práticas. E a demora do governo para regulamentar o setor contribuiu para isso [o atual escândalo]", diz Marcondes.

Em 2022, o relatório anual de integridade da Sportradar, empresa parceira da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), da Uefa e da Fifa, apontou o Brasil como líder do ranking entre os países com mais jogos suspeitos de manipulações, com 152 episódios, sendo 139 no futebol. Os 152 representam 12% do total global. A Rússia vem em segundo lugar, com 92.

Apesar de indícios de que houve fraudes em jogos das Séries A e B de 2022, a CBF descarta, por enquanto, paralisar as atuais edições.

O diretor da Abradie afirma que em mercados amadurecidos os índices de corrupção são baixos. "Um mercado referência, por exemplo, é a Inglaterra e não só pela fiscalização, mas também pela carga tributária adequada, que gera receita para o governo e, por outro lado, não onera o operador" diz Marcondes.

Relatório divulgado recentemente pela IBIA (sigla em inglês da Associação Internacional de Integridade de Apostas), que representa mais de 120 marcas de apostas globalmente, aponta a Inglaterra como a líder do ranking de "mercado ideal" para apostas.

O estudo da entidade avalia cinco pontos: regulamentação, tributação, produto, integridade e anúncios. Cada um dos pilares confere uma pontuação, que somadas podem chegar até 100 pontos. A Inglaterra acumulou 91.

Colômbia, 76 pontos, e Argentina, 61, são os únicos países da América do Sul na lista. Citado no estudo como um dos países que ainda carecem de regulamentação nas apostas esportivas, o Brasil nem aparece no ranking.

#### CORINTHIANS EMPATA COM O SÃO PAULO E MANTÉM TABU

Em um jogo de poucas chances de gol, Corinthians e São Paulo empataram por 1 a 1, neste domingo (14), na Neo Química Arena, na zona leste da cidade, pela sexta rodada do Campeonato Brasileiro. O São Paulo saiu na frente com Michel Araújo, aos 14 minutos do primeiro tempo. Roger Guedes, nos acréscimos da primeira etapa, empatou em cobrança de pênalti. Os são-paulinos deixaram o campo reclamando bastante da marcação do pênalti e de um gol anulado do atacante Calleri, por marcação de falta em Fagner (foto) na jogada. Com o resultado, o Corinthians mantém o tabu de jamais ter sido derrotado pelo São Paulo em seu estádio. São 10 vitórias do mandante e sete empates. Em outro jogo da rodada, o Santos bateu o Vasco por 1 a 0, em São Januário, no Rio de Janeiro, com gol de Deivid Washington, e chegou aos 10 pontos ganhos.

Em grande parte, o que está acontecendo deve-se ao fato de o governo anterior não ter regulamentado as apostas esportivas por tratar as apostas como uma questão de costumes e não como uma atividade econômica, a exemplo do que acontece no mundo

Magno José Santos de Sousa, presidente do Instituto Brasileiro Jogo Legal

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# Contra inflação de mais de 100%, Argentina levará juros a 97%

Com uma **inflação** de 8,4% em abril, acima das expectativas do Banco Central da Argentina e do próprio governo, o ministro da Economia, Sergio Massa, lança hoje um pacote de medidas para tentar conter a alta dos preços. Um dos pontos mais importantes é uma nova alta de juros, que atingirá um patamar recorde.

As discussões com o Fundo Monetário Internacional (FMI) serão aceleradas, assim como as negociações com a China para uso do yuan nas transações comerciais.

A alta dos juros é a medida mais ambiciosa e arriscada, e alvo de muitas discussões no Ministério da Economia. A ala mais ortodoxa da pasta queria um patamar em torno de 110% ao ano. Foi decidido, porém, que o juro ficará em 97% ao ano, seis pontos percentuais acima da taxa atual. A **inflação** em 12 meses está em 108,8%.

No fim de abril, o Banco Central já tinha elevado a taxa de 81% para 91%, maior valor em 20 anos, acima até do recorde registrado no governo Mauricio Macri (86% em setembro de 2019).

Quanto ao mercado de câmbio, Massa pediu ao presidente do BC, Miguel Pesce, e a um dos diretores da autarquia, Lisandro Cleri (homem de confiança do ministro) ampla margem de ação para conter a corrida pelo dólar, que, na avaliação da pasta, tem alimentado a **inflação**.

Outras medidas são a redução, em nove pontos percentuais, dos juros sobre o financiamento de compras em 12 vezes. E o Mercado Central (distribuidor de alimentos no atacado) poderá importar diretamente, sem **impostos**. Massa estima que isso reduzirá o preço para os consumidores de frutas, verduras e legumes. (\*O La Nación faz parte do Grupo Di-arios América - GDA)

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Arcabouço pode travar alta real do mínimo

**Idiana Tomazelli**

O Congresso Nacional e o governo Lula (PT) discutem incluir no arcabouço fiscal um trecho que suspende a alta real do salário mínimo caso a meta de resultado primário seja descumprida por dois anos seguidos, segundo quatro pessoas envolvidas na negociação ouvidas pela Folha.

Nesta situação, o salário mínimo ainda seria corrigido pelo índice oficial da **inflação**, para preservar seu poder de compra, mas sem o aumento adicional previsto na política de valorização apresentada pelo governo petista.

A proposta foi colocada na mesa como forma de prever reequilíbrio das contas, caso haja frustração da meta fiscal. Ainda não há uma decisão final sobre esse ponto, discutido em meio às negociações do relator, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), para fortalecer a regra.

O governo participa dessas discussões, mas tem tido o desafio de se equilibrar entre as cobranças do mercado e de parlamentares de centro e direita por uma norma mais rígida e as pressões vindas do próprio PT, que almeja um afrouxamento das diretrizes.

O tema é considerado delicado por interferir em uma das plataformas de campanha de Lula -a política de valorização do salário mínimo. No início de maio, o presidente encaminhou projeto de lei que retoma a regra que já havia vigorado em gestões petistas: a concessão de um reajuste pela **inflação** mais a variação do **PIB** (Produto Interno Bruto) de dois anos antes.

A discussão sobre os gatilhos, a serem acionados em caso de contas piores que o esperado, envolve não só a cobrança do mercado e do Legislativo, mas também uma questão legal.

A PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, aprovada em 2020, durante a gestão Bolsonaro, prevê que o Executivo deve dispor sobre regras voltadas à sustentabilidade da dívida pública em lei complementar, e essa norma pode autorizar a aplicação de gatilhos previstos em outro artigo, o 167-A.

Esse dispositivo proíbe, entre outras coisas, a "adoção de medida que implique reajuste de despesa

obrigatória acima da variação da **inflação**, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição".

A correção do salário mínimo tem impacto direto em uma série de despesas obrigatórias, como benefícios previdenciários e assistenciais, além do seguro-desemprego e do abono salarial -espécie de 14º salário pago a trabalhadores com carteira que ganham até dois pisos.

Há um entendimento no próprio governo de que a proposta de arcabouço fiscal -que é um projeto de lei complementar- é a norma que atende ao comando constitucional sobre a sustentabilidade da dívida, invocando, assim, a aplicação dos gatilhos do artigo 167-A. Por isso, um reajuste do salário mínimo acima da **inflação** poderia ser travado.

É por isso também que outras vedações previstas nesse dispositivo, como conceder novas renúncias, reajustar salários de servidores e realizar novos concursos públicos também estão no radar do relator e do Congresso.

Além disso, há uma observação de que a lei complementar do novo arcabouço fiscal estará, quando aprovada e sancionada, em um nível acima da política de valorização do salário mínimo (que seria uma lei ordinária) na hierarquia da legislação brasileira. Em outras palavras, a lei que trata do piso teria que se subordinar às novas regras fiscais.

Para evitar que o tema se torne um problema político para o governo Lula, em um ambiente já de críticas ao arcabouço fiscal, governo e Congresso têm discutido como os gatilhos do 167-A devem ser aplicados e com que gradualismo.

Uma das maneiras estudadas é sugerir que a suspensão do aumento do piso acima da **inflação** só entre em cena num caso extremo, em que a meta de resultado primário é descumprida por dois anos seguidos.

A violação da meta por um único ano deflagraria o acionamento dos outros mecanismos tidos como menos delicados.

Na avaliação de técnicos experientes, é possível que o gatilho do salário mínimo nem sequer seja acionado, pois, além da margem de tolerância para o cumprimento da meta fiscal, o governo poderia

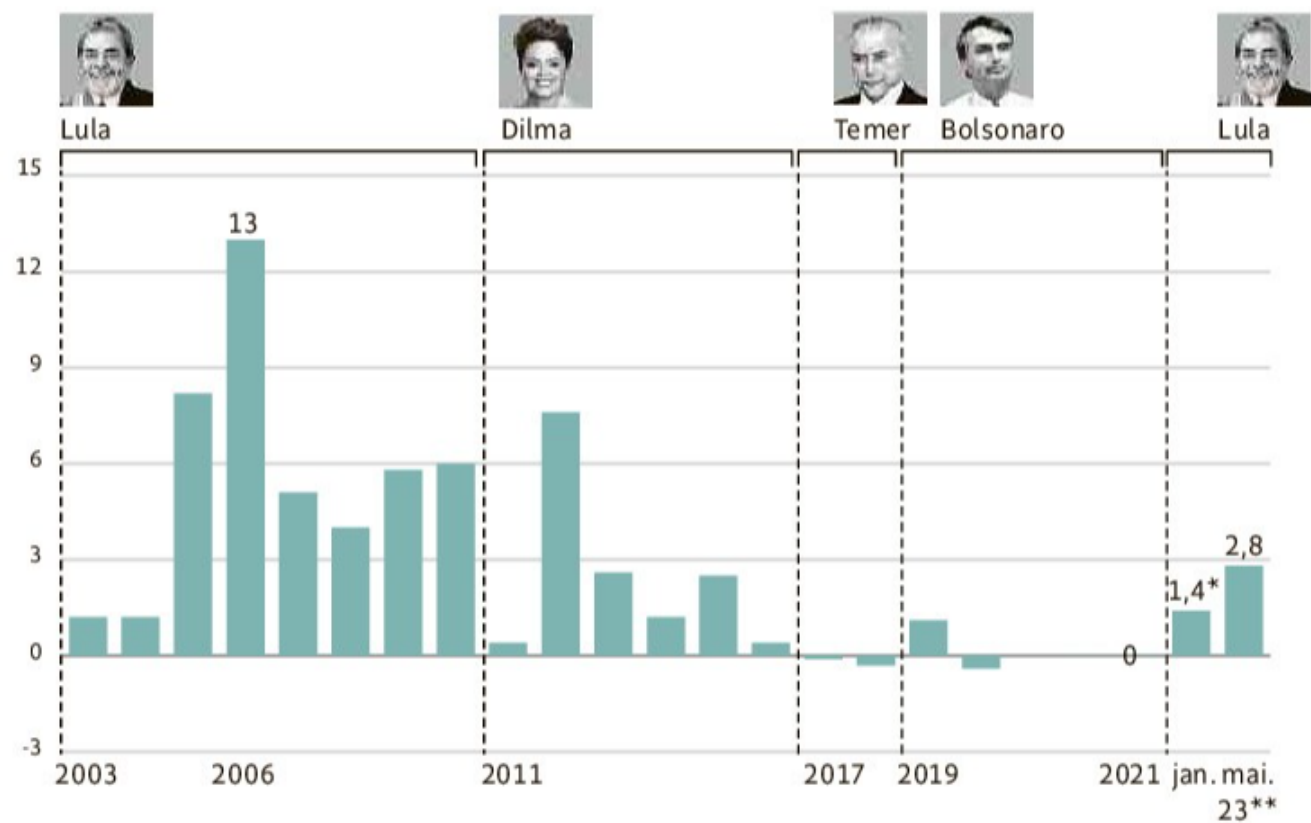
recorrer ao Congresso para flexibilizar o alvo perseguido em caso de ameaça ao resultado pelo segundo ano seguido. Isso evitaria a aplicação da sanção sobre o reajuste do piso nacional.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50277&maxTouch=0>**

## Reajuste real do salário mínimo

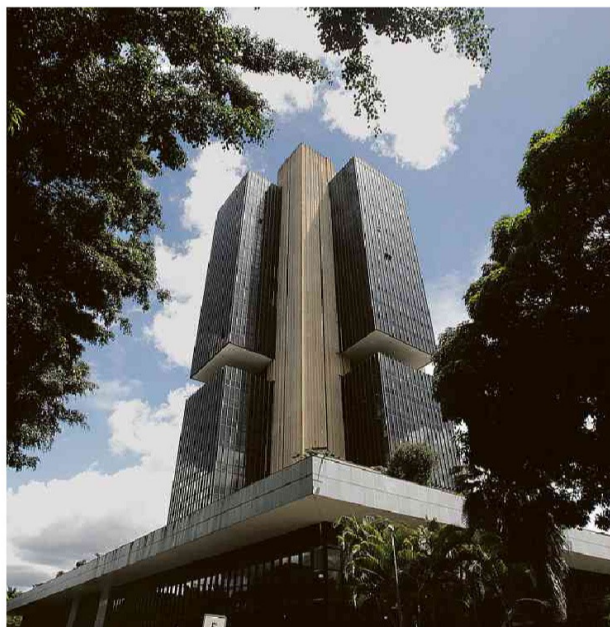
Em %



\*Bolsonaro publicou em 12.dez.2022 uma MP elevando o salário mínimo a R\$ 1.302 a partir de 2023, o que representou aumento real de 1,4% | \*\*Governo Lula anunciou elevação a R\$ 1.320 a partir de 1º de maio, um ganho real de 2,8% contra o valor praticado no ano anterior

Fontes: Dieese e Ministério da Economia

# Corte da Selic é dúvida com IPCA acima do esperado



Fachada da sede do Banco Central, em Brasília Gabriela Biló/Folhapress

**Stéfanie Rigamonti**

As expectativas de bancos de investimentos e gestoras para o início do corte da taxa básica de juros, a Selic, trazem visões muito distintas. Embora a divulgação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de abril tenha pesado nas análises, a maioria das casas manteve suas projeções com relação ao começo da flexibilização da política monetária.

Em relatório divulgado nesta sexta (12), a Genial Investimentos disse que, apesar da continuidade da desaceleração da **inflação**, de modo geral a composição mostrou uma leitura mais negativa. Essa visão reforça a posição da gestora de que não há espaço neste ano para corte da Selic, que deve se manter em 13,75% até o fim de 2023.

A **inflação** medida pelo IPCA avançou 0,61% em abril, uma desaceleração ante 0,71% registrado em março, mas acima da mediana das projeções do mercado, que era de 0,55%. Os analistas chamam atenção para o fato de a **inflação** ainda continuar espalhada pelos diversos setores.

Além disso, os itens mais voláteis, como os combustíveis, que foram os grandes responsáveis pela redução da **inflação** vista no ano passado, já não estão indicando mais um arrefecimento significativo, segundo a Genial.

O Itaú BBA manteve sua projeção de que o início da flexibilização da política monetária deve ocorrer entre outubro e novembro, com a Selic chegando a 12,5% até o fim do ano, estimativa feita desde a última decisão de juros do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central.

"Núcleo de serviços subjacente um pouco mais alto e difusão ainda em patamar elevado, ambos indicam que a desinflação está ocorrendo, porém de maneira gradual, como é esperado nesse estágio do ciclo", informou o Itaú.

O BTG Pactual também não alterou sua projeção, que é mais aberta, de início do corte de juros a partir do segundo semestre.

A XP Investimentos trabalha com o cenário de começo da redução da Selic na reunião do Copom de agosto. À Folha, o economista-chefe da XP, Caio Megale, disse que a divulgação do IPCA não costuma alterar a visão de seu time de análise sobre a decisão de juros.

O Bank of America, um dos mais otimistas em suas análises sobre o Brasil, informou que a **inflação** de abril tira da mesa qualquer possibilidade de corte da Selic em junho, algo que era esperado pelo banco americano.

"A surpresa de alta [do IPCA] reduz significativamente o potencial de corte de juros começando em junho", diz o BoFA.

O banco suíço Credit Suisse, por sua vez, estima que a flexibilização da política monetária comece em setembro, com corte da Selic em 0,25 ponto percentual, e projeta que a taxa básica de juros chegue ao final de 2023 a 12,5%.

O Credit observa que, apesar da continuidade do processo desinflacionário no Brasil, o setor de serviços ainda é o principal desafio para a manutenção de um nível elevado dos preços.

"A nosso ver, os principais desafios para o processo desinflacionário continuam a ser a reancoragem das expectativas de **inflação**, a aprovação do novo quadro fiscal (que deverá permitir uma maior previsibilidade das contas públicas) e a decisão de manter ou alterar



o regime de metas de **inflação** em relação ao seu formato atual", explica o banco suíço em relatório.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50277&maxTouch=0>**

# O papel do arcabouço fiscal na inflação - HENRIQUE MEIRELLES

**HENRIQUE MEIRELLES**

A ata da última reunião do Copom e a análise dos dados de inflação nos Estados Unidos coincidem em um diagnóstico que requer cuidado. A inflação nos dois países caiu, mas os núcleos ainda estão em alta e resistem à política monetária apertada, com taxas básicas de juros mais altas. A Selic está em 13,75% e a taxa do Fed entre 5% e 5,25% ao ano. Falo em Brasil e EUA, mas a inflação alta é fenômeno global.

Por ser menos suscetível a choques temporários de preços, o núcleo da inflação ajuda a definir a política monetária.

Sua resistência é uma amostra do quanto a inflação é um fenômeno complexo e difícil de lidar.

A inflação atual, não podemos esquecer, é resultado da inundação de recursos por governos de todo mundo para evitar um colapso na pandemia.

A taxa de juros no Brasil está em 13,75% desde agosto de 2022 porque, além da demanda causada pela retomada da economia, os governos despejaram dezenas de bilhões de reais no mercado. Estamos, portanto, convivendo com juros altos porque o governo despejou grande volume de recursos públicos na economia. Devemos pensar nisso agora que o Congresso discute o arcabouço fiscal.

Entre muitos benefícios, controlar despesa pública é controlar a inflação. Quando o teto foi aprovado a inflação e a taxa de juros caíram fortemente.

Não existe mágica em economia: quanto mais frouxa é a política fiscal, mais restritiva tem de ser a política monetária; e quanto mais altos os juros, menor é a atividade econômica, menores a renda e o emprego.

Ninguém gosta de juros altos, mas eles são o recurso à disposição para evitar um descontrole nos preços, que pode arrasar da economia - basta olhar para a Argentina, que convive com gasto público e inflação descontrolados há anos.

Não é à toa que a ata do Copom cita oito vezes o arcabouço fiscal ao falar das expectativas para explicar o motivo de ter mantido a Selic em 13,75%.

No momento, parte da oposição no Congresso discute a possibilidade de apertar as regras do arcabouço fiscal, caso o governo não cumpra as metas; outra parte, em especial o PT, vai na direção contrária e busca afrouxar ainda mais a regra, elevando os limites de gasto.

É preciso equilíbrio, cuidado e firmeza. O arcabouço fiscal não apenas terá de disciplinar o gasto público, como terá de conter a dívida pública - e, como vimos acima, ajudará a segurar a inflação futura. É um componente importante para a formação de expectativas, que ajuda a segurar os preços, como também a atrair investimentos e gerar empregos no Brasil.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O dólar abaixo de R\$ 5 e os limites para novas quedas - SERGIO LAMUCCI

**SERGIO LAMUCCI**

Nos últimos dias, a taxa de câmbio tem oscilado na casa de R\$ 5 ou menos. Para alguns analistas, o real tem potencial para se fortalecer ainda mais em relação à moeda americana, com estimativas para o valor justo apontando para números entre R\$ 4,40 e R\$ 4,70. As incertezas que persistem sobre as contas públicas, mesmo após a apresentação do projeto do novo arcabouço fiscal, dificultam uma valorização adicional da divisa brasileira.

Também atrapalham medidas e declarações do governo que elevam a insegurança jurídica, como mudanças na Lei das Estatais, decretos que buscavam alterar o marco do saneamento e a ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra aspectos da privatização da Eletrobras. Para completar, as críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Banco Central (BC) e ao nível dos juros jogam contra um câmbio mais apreciado.

Um real mais valorizado teria efeitos bastante favoráveis neste momento. Ajudaria a reduzir as pressões sobre os preços e as expectativas de **inflação**, dando mais conforto para o BC começar a cortar os juros, além de contribuir para um alívio das condições financeiras, fator importante para a retomada da atividade.

Um dólar mais fraco no mercado internacional tem favorecido moedas emergentes como o Brasil. Além disso, o país conta com juros elevados, que atraem os dólares de investidores estrangeiros e dos próprios exportadores brasileiros. Uma fatia maior das empresas que exportam passou a trazer recursos do exterior para aproveitar o diferencial entre as taxas internas e externas.

Nesse cenário, o real se fortaleceu. Na sexta-feira, fechou em R\$ 4,92. Em 24 de março, estava próximo de R\$ 5,30. A apresentação do arcabouço no fim daquele mês ajudou um pouco na queda do dólar. Os estrangeiros, em especial, viram no anúncio um sinal de algum compromisso com o equilíbrio das contas públicas, ainda que o novo regime dependa de um aumento forte e incerto de receitas. Analistas brasileiros em geral veem com mais ceticismo o arcabouço, cujas normas preveem elevação anual das despesas sempre acima da **inflação**, de 0,6% a 2,5%.

Esses problemas tendem a impedir um fortalecimento ainda maior do real.

Nas estimativas dos economistas Rafael Murrer e Felipe Wajskop França, do Bradesco, o valor justo do câmbio está na casa de R\$ 4,70. Em relatório, os dois fazem um exercício para explicar a desvalorização acentuada do real desde 2020 e o seu descolamento em relação às moedas de outros 19 emergentes. No estudo, o câmbio real (descontada a **inflação**) é explicado pelo conjunto formado por contas externas, atividade econômica, juros e contas públicas.

O método usado pelo Bradesco "define pesos para cada país e constrói um grupo que mais se assemelha às características do Brasil no período pré-pandemia (de 2002 a 2019)".

Pelos resultados obtidos, os países que mais se aproximam do Brasil, ficando com os maiores pesos, são Colômbia, Índia e Turquia, pela ordem. A partir desses pesos, são ponderadas as variações do câmbio real da amostra, construindo-se uma "variação sintética" da moeda brasileira. De acordo com o exercício, caso o real "tivesse se comportado como os pares desde a pandemia, o câmbio poderia estar ao redor R\$ 4,70", dizem Murrer e França.

Por enquanto, o banco projeta o dólar a R\$ 5 no fim do ano. Mas, para os economistas, alguns vetores apontam para um "real ainda mais apreciado, podendo até alcançar um nível próximo ao sugerido pelo exercício". Entre os fatores, eles destacam o melhor desempenho relativo da economia brasileira, a diferença ainda elevada entre taxas externas e internas, contas externas ajustadas e o menor déficit em conta corrente quando comparado a outros emergentes, "amplamente financiado pelas entradas de investimentos estrangeiros diretos e auxiliada pelo superávit comercial recorde". Eles afirmam ainda que a apresentação do arcabouço reduziu os riscos mais extremos, avaliando que a aprovação da nova regra e o cumprimento das metas fiscais podem ajudar na valorização do real à frente.

No fim de abril, o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, fez uma estimativa para o câmbio de equilíbrio. O modelo leva em conta a diferença entre juros internos e externos, a distância entre os preços de itens não comercializáveis (como

serviços) e comercializáveis internacionalmente, os termos de troca (a relação entre preços de exportação e de importação), uma medida da diferença de produtividade do Brasil em relação à dos EUA e, por fim, a dívida bruta. Para Vale, o câmbio de equilíbrio está cerca de 50 centavos abaixo do nível atual, ao redor de R\$ 4,90, o que implica uma taxa em torno de R\$ 4,40.

Para chegar a esse valor, porém, seria necessário não haver ruído político e fiscal, afirma ele.

O Congresso pode endurecer alguns aspectos do arcabouço, ao introduzir penalidades e gatilhos caso a meta para as contas públicas seja descumprida.

Ainda assim, a dependência de uma alta expressiva e incerta de receitas, para financiar elevações de gastos acima da **inflação**, é uma fraqueza do novo regime.

Além disso, Lula está empenhado em tomar medidas que acabam por aumentar a insegurança jurídica. Se não pressionam o câmbio no curto prazo, são iniciativas que podem inibir o fluxo de recursos estrangeiros ao longo dos anos. O presidente também critica com frequência o BC e o nível dos juros, criando um ruído desnecessário. Por tudo isso, o potencial de valorização do real é mais limitado do que o sugerido por fatores como as contas externas, os termos de troca e a diferença entre os juros internacionais e os domésticos.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187544>

# Economia desacelera devagar e inflação resiste (Editorial)

A **inflação** em 12 meses recuou para 4,18%, dentro da meta, mas não permanecerá aí por muito tempo. No segundo semestre, com a saída da base de cálculo das deflações de julho, agosto e setembro do ano passado, o IPCA deve se deslocar para perto da previsão contida no boletim Focus, de 6%. A resistência da **inflação** expressa nos núcleos joga contra um início próximo da redução das taxas de juros pelo Banco Central, a menos que em junho, o Conselho Monetário Nacional mude a meta de **inflação** dos próximos anos ou amplie a banda de variação-talvez o único expediente possível que conduza o BC a flexibilizar a curto prazo a política monetária. Os efeitos de uma possível mudança sobre as expectativas de **inflação** de médio prazo tendem a ser negativos, porém. A média dos cinco núcleos levados em conta pelo BC para sentir o pulso da **inflação** se elevou de 0,37% para 0,51% em abril, mas recuou em 12 meses, de 7,78% para 7,31%, colocando-se a 2,56 pontos percentuais distante do teto da meta, de 4,75%, segundo cálculo da MCM Consultores. A média desses núcleos de três meses anualizada, com ajuste sazonal, não dá conforto e foi de 6,6% em abril. Os preços dos serviços tiveram variação positiva superior a de março, de 0,25% para 0,52%, e de 7,52% em 12 meses, tendência igualmente observada pelos serviços subjacentes, mais aderentes ao estágio do ciclo econômico.

Reajuste de remédios autorizados pelo governo empurraram o IPCA no mês, com impacto de 0,19 ponto percentual do item saúde e cuidados pessoais, seguido por alimentos (principalmente leite e tomate) e bebidas, com 0,15 ponto percentual. Em doze meses, a variação dos alimentos se afastou bastante do pico de dois dígitos, ainda que acima da média do IPCA, com 5,88%. Saúde e cuidados pessoais, por seu lado, são o segundo item com maior alta em um ano, com 11,71%, um pouco atrás de vestuário, com 12,9%. Apesar do desvio, a tendência para alimentos é favorável, com a perspectiva de próxima safra recorde.

Os preços dos serviços indicam pressão de demanda ainda intensa, que será contida pelos juros altos, mas de forma vagarosa porque enquanto o BC tenta desacelerar as atividades, o governo faz o contrário. A PEC de Transição deu a nova administração a possibilidade de ampliar gastos em R\$ 165 bilhões. O novo regime fiscal elaborado pela equipe econômica pretende fazer um ajuste pelo lado das receitas, para

acomodar gastos que crescerão sempre acima da **inflação**. Incentivos à economia não param de chegar.

Em maio, o salário mínimo teve aumento real de 2,8%. O Planalto antecipou o 13-salário de aposentados e pensionistas de agosto e novembro para maio e julho, o que significa mover no calendário o pagamento de algo em tomo de K\$ 60 bilhões. A tabela de imposto de renda de pessoas físicas foi atualizada para isentar quem ganha até 2 salários mínimos, beneficiando ao menos 13,7 milhões de pessoas, retirando o desconto na fonte de quem ganhava acima de R\$ 1903,98 até, agora, R\$ 2.640. Em junho, é a vez de ser pago o reajuste salarial de 9% do funcionalismo federal. Os pagamentos mensais do Bolsa Família atingem a média de R\$ 714, o triplo do pagamento anterior, acrescentando mais R\$ 70 bilhões ao que já fora pago no último ano do governo de Jair Bolsonaro.

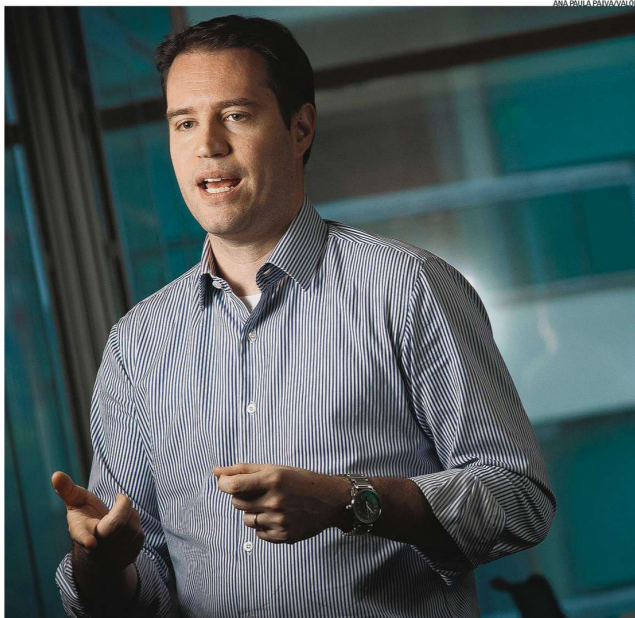
Se a política fiscal deixará de ser expansionista para ser neutra ou moderadamente contracionista dependerá em parte do êxito do ministro Fernando Haddad em ampliar as receitas da União em mais de R\$ 100 bilhões e reduzir o déficit primário previsto para o ano de R\$ 220 bilhões para pouco mais de R\$ 50 bilhões (0,5% do **PIB**), como prometido no novo regime fiscal.

Esse enxugamento de recursos pode ajudar por ora o Banco Central na tarefa de acelerar a volta da **inflação** à meta. A nova política de preços da Petrobras declaradamente trará reajustes menores dos combustíveis do que a anterior e, no curto prazo, há folga nos preços para que eles sejam reduzidos, o que também ajuda o IPCA.

Não é possível prever com precisão a resultante do jogo contraditório de forças da política monetária e da política fiscal. O efeito principal é mais do mesmo: a economia não está esfriando tanto quanto deveria diante de uma carga cavalgar de juros, e as estimativas de crescimento estão subindo e não caindo, como deveria ocorrer. Em decorrência, a **inflação** não está sendo reduzida na velocidade esperada, retardando a queda da taxa de juros que também provavelmente será mais lenta do que poderia ser. A maior parte do esforço antinflacionário já foi feita e não falta muito para que o IPCA volte a ser comportado. Falta apenas paciência ao governo para que isso aconteça.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20230512/>

# Piora na inflação reduz chance de Selic cair mais cedo



Fenolio, da WHG: economia ainda está com algum aquecimento e discurso de atividade fraca não se observa nos dados

**Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo**

A surpresa negativa com o IPCA na sexta-feira corrobora as comunicações conservadoras emitidas recentemente por membros do Banco Central (BC), diante dos sinais de que o segundo estágio do processo desinflacionário tem sido mais difícil e de que a composição da **inflação** corrente ainda não permite uma indicação de que o ciclo de cortes de juros poderá começar em breve.

Na visão de economistas consultados pelo Valor, o dado recoloca a resiliência dos núcleos no centro do debate da política monetária e, mesmo que a leitura não seja suficiente para adiar as perspectivas para os cortes de juros, reduziu a probabilidade de que a Selic venha a cair mais cedo em 2023.

Para além do número cheio do IPCA, que veio acima das expectativas, a composição da **inflação** voltou a chamar a atenção dos participantes do mercado e acendeu um sinal de alerta sobre o processo de desinflação no Brasil. A média dos cinco núcleos monitorados pelo Banco Central subiu para 0,51% em abril, de 0,37% em março, segundo cálculos da MCM Consultores.

"Desde o fim do ano passado, temos núcleos de **inflação** que recuaram para perto dos 5,5% e, mais recentemente, voltaram a ultrapassar o patamar dos

6%. Esse é o grande incômodo do BC, que vem colocando há algum tempo a questão da dificuldade dessa segunda fase de desinflação", diz o economista-chefe da Bradesco Asset Management, Marcelo Toledo.

De acordo com ele, uma das condições necessárias para que o BC dê início à discussão sobre os cortes de juros é exatamente uma melhora dos núcleos. "Que, ao menos, eles voltem para uma trajetória de queda e que rompam o patamar dos 5%. Os dados não dão conforto que haverá uma quebra deste platô em que o IPCA está se situando, ao redor dos 6%", aponta.

Toledo diz que as projeções de que os cortes de juros devem começar em setembro foram mantidas, especialmente, por indicadores antecedentes - câmbio, commodities, índices de preços no atacado e **inflação** global -, que sugerem uma melhora da **inflação** adiante. "Há indicadores antecedentes, globais e locais, que normalmente apontam para uma queda da **inflação** adiante. Por isso nossa previsão se manteve. Mas temos que reconhecer que a **inflação** corrente continua sem sinais para queda de juros. Há oposição entre uma **inflação** corrente desconfortável e sinais antecedentes melhores do que há alguns meses." Na mesma linha argumentada pelo diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, em entrevista a "O Globo" na semana passada, o economista-chefe da WHG, Fernando Fenolio, também vê a desinflação mais lenta que o esperado. "A economia ainda está com algum grau de aquecimento e o discurso de que a atividade está mal não é observado nos dados. Não estamos falando só do agronegócio, estamos falando também de consumo. Muito é em função da política fiscal", afirma.

Apesar dos números do IPCA, não houve revisão, segundo Fenolio, da estimativa de que o início do ciclo de afrouxamento monetário tenha início em setembro. "Talvez o dado reforce que os cortes sejam mais prováveis depois do que antes. A probabilidade de cortes em agosto diminuiu. Mas mantivemos nossa projeção de cortes em setembro, iniciando em um ritmo bastante lento", afirma.

O superintendente de pesquisa econômica do Santander, Mauricio Oreg, lembra que, na ata da última reunião do Comitê de Política

Monetária(Copom), o BC também destacou que a dinâmica da desinflação é dividida em dois estágios, sendo que o segundo costuma ter uma velocidade mais lenta. "Preocupa o fato de que a queda da **inflação** subjacente, que era observada, parece ter estancado e em um patamar elevado. Isso mostra que o BC vai ter dificuldade e é algo que ele mesmo reconhece." Orenge diz que o mercado pode passar por uma revisão para baixo nas projeções do IPCA de 2023, mas uma preocupação com a **inflação** de serviços, com mercado de trabalho ainda aquecido e de uma economia que mostra resiliência, deve continuar. Segundo ele, há uma queda de braço entre condições financeiras apertadas e o tempo em que farão efeito, diante de uma demanda agregada resiliente. "Isso dificulta o processo de convergência da **inflação**, em um contexto em que ainda existem impulsos fiscais ainda se materializando na economia e de um arcabouço fiscal que ainda precisa ser aprovado." Nesse sentido, o Santander mantém a visão de cortes de juros com início em novembro e Selic de 13% no fim do ano. "O BC vai ter que ser mais lento", diz Orenge, embora não descarte que o ciclo de flexibilização dos juros pode ter início em setembro. Agosto, porém, tem baixa probabilidade de ser o palco do início dos cortes na Selic no cenário do Santander.

O ex-secretário do Tesouro Carlos Kawall, sócio e fundador da Oriz Partners, nota que o Copom, na ata, indicou que será importante acompanhar a média dos núcleos de **inflação**, que, no IPCA de abril, mostrou evolução preocupante e mostrou ligeira aceleração. "E isso é, claramente, o foco do BC", diz.

"Estamos em uma segunda etapa, que tem mais a ver com **inflação** de demanda, por conta do mercado de trabalho apertado e dos preços de serviços, que é mais difícil de ser vencida, especialmente em um ambiente de expectativas desancoradas", afirma Kawall.

"Esse ponto da desancoragem- que foi propiciado pela sinalização equivocada da política econômica no âmbito fiscal, nos ataques ao BC e na incerteza em relação à meta de **inflação** - claramente está dificultando o trabalho do BC", diz. Para Kawall, o momento mais importante da política monetária será no fim de junho, quando será definida a meta de **inflação**.

Na visão do economista, se houver uma confirmação da trajetória de metas convergindo para 3% a partir do ano que vem, pode haver "efeito positivo nas expectativas inflacionárias, trazido por elementos ligados ao preço de combustíveis, que está em queda, e em um contexto de apreciação do real". Assim, no podcast semanal da Oriz, ele defende que, quando

chegara terceiro trimestre, o foco também se dará sobre o IPCA de 2025. "Se as projeções do BC indicarem **inflação** próxima de 3% ou abaixo nesse contexto, pode começar a cortar juros antes do que prevemos, no início de 2024", diz.

"Dados não dão conforto que haverá quebra deste platô em que o IPCA está" Marcelo Toledo

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187544>



# Arcabouço afastou cenário fiscal muito ruim, diz Genoa



**Codogno: fluxo cambial vai parar de ajudar, mas também não vai atrapalhar Arthur Cagliari e Victor Rezende De São Paulo**

No momento em que a tendência desvalorização do dólar continua em vigor no exterior, ao se ter em vista uma pausa do Federal Reserve (Fed, banco central americano) no ciclo de aperto das taxas de juros, a apreciação do real pode ter continuidade. É a aposta de Emerson Codogno, sócio e gestor da Genoa Capital, que, em entrevista ao Valor, revela posições construtivas com os ativos brasileiros, ao menos no curto prazo.

"O arcabouço fiscal não é a melhor regra possível, mas tira do cenário o risco de um descontrole fiscal absoluto", diz Codogno, ao justificar outras posições mais otimistas. A Genoa aposta em posições aplicadas (que ganham com a queda nas taxas) em juros nominais e em juros reais de longo prazo. "O cenário muito ruim que estava sobre a mesa não existe mais. E também estamos muito atentos aos dados de curto prazo. O resultado fiscal do ano está se mostrando melhor que o esperado pelo mercado, ainda que não seja nenhuma maravilha." Valor: Com a indicação de uma possível pausa no ciclo de alta de juros pelo Fed, o dólar tem se desvalorizado de forma generalizada. Esse movimento pode continuar?

Emerson Codogno: Faz sentido esse movimento de dólar fraco, principalmente frente a moedas de mercados desenvolvidos. Esse processo se iniciou com a crise bancária americana, quando o mercado

fez uma reprecificação na curva de juros. Até então, o Fed tinha chegado a sinalizar que poderia levar [os juros] a 6% e até que poderia voltar a altas no ritmo de 0,5 ponto, mas, depois da crise, recuou e o mercado passou a precificar até queda de juros neste ano. Na Europa o movimento foi diferente, porque a situação da crise bancária foi resolvida lá de forma relativamente rápida. Vejo que o enfraquecimento do dólar faz sentido, principalmente em relação às moedas de [mercados] desenvolvidos, e o euro é um destaque. No caso dos emergentes, resta um pouco mais de dúvida.

Valor: Por quê?

Codogno: Normalmente, moedas emergentes têm uma ligação com crescimento mundial, porque muitos são produtores de commodities. Quando a crise [bancária] apareceu, tivemos um momento no mercado de risk-off [de fuga de ativos de risco]. Todo mundo zerando posição, chegando a piorar o desempenho de moedas emergentes em relação ao dólar. Mas, depois, a crise se mostrou menos aguda e as moedas emergentes começaram a andar. Foi esse movimento recente que vimos, com o dólar chegando a cair de R\$ 5,30 para perto de R\$ 5 aqui no Brasil.

Valor: Como a Genoa tem visto esse movimento do real?

Codogno: No caso do Brasil, tivemos uma ajuda local, em função da apresentação da regra fiscal. Teve um viés positivo, com diminuição do risco de cauda, como falou o presidente do Banco Central [Roberto Campos Neto]. A questão do descontrole de despesas ficou mais bem quantificada, porque, quando lemos essas novas regras fiscais, há alguma evolução em relação a outros governos do PT, no que se refere à questão das despesas. As exceções [do limite de gastos] caminham para ficar contidas ao que já havia no teto de gastos. Essa, então, tem sido uma surpresa positiva. A ressalva é como o governo vai conseguir fazer a recomposição de receitas para atingir o compromisso que estabeleceu. É uma melhora relevante terminar um governo com o resultado primário positivo, mas, para isso, estimamos que o governo precise de algo em torno de R\$ 100 bilhões para recomposição das receitas.

Valor: Como esse cenário se reflete nas posições da

Genoa em outras classes de ativos?

Codogno: Antes, nossa principal posição era aplicada em juros nominais [aposta na queda das taxas] e estávamos sem posições relevantes no real e em NTN-Bs. No entanto, temos visto uma atividade um pouco mais resiliente, um mercado de trabalho mais apertado e tivemos a indicação do Gabriel Galípolo para a diretoria de política monetária do BC, o que tira um risco de cauda do cenário. Uma vez definido o nome, o mercado tende a retirar aquela precificação de ser um cenário muito ruim, ou seja, tende a perder prêmio de risco. E, conseqüentemente, dado o cenário externo também, acreditamos que uma alternativa seria diminuir a posição aplicada em juros, que teve um desempenho muito bom e que andou bastante. O que fizemos foi alongar essa posição em juros nominais; aplicamos juros reais de longo prazo; e também começamos a vender dólar contra o real.

Valor: Pelas posições, ao menos no curto prazo, vocês estão mais otimistas com os ativos brasileiros...

Codogno: Muito disso vem da questão fiscal, principalmente quando alongamos a nossa posição aplicada em juros. Temos a leitura de que o arcabouço fiscal não é a melhor regra possível, mas tira do cenário o risco de um descontrole fiscal absoluto. O cenário muito ruim que estava sobre a mesa não existe mais. E também estamos muito atentos aos dados de curto prazo. O resultado fiscal do ano está se mostrando melhor do que o esperado pelo mercado e, quando olhamos o comportamento da política fiscal de curto e de médio prazo, ela está significativamente melhor, ainda que não seja uma maravilha. Isso nos motivou a alongar nossas posições.

Valor: O fluxo comercial ajudou bastante o câmbio neste início de ano. É possível que isso continue a acontecer ao longo do ano?

Codogno: Enxergamos a questão do fluxo como algo neutro, que não chega a pesar para um lado ou para o outro nas nossas projeções. Não é uma grande preocupação. Foi algo que ajudou no começo do ano, que vai parar de ajudar, mas que não vai atrapalhar.

Valor: Há espaço para que os cortes na taxa de juros tenham início no segundo semestre?

Codogno: Estamos olhando mais para agosto e setembro. Temos que ter em mente alguns pontos. No caso das expectativas de inflação, acho que o Banco Central vai querer esperar um tempo após a definição do nível da meta de inflação para ver o impacto nelas. O BC vai precisar de algumas semanas para verificar se as expectativas se estabilizaram para ter alguma tranquilidade. Em função disso, achamos que uma

queda nos juros é algo para ocorrer em setembro. Talvez em agosto, a depender de como as coisas vão se definir.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187544>